



Relatório Anual

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO URBANO

2023

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO URBANO

Relatório de Atividades

Brasília
2023

Mesa Diretora da Câmara dos Deputados

57ª Legislatura (2023-2027) – 1ª Sessão Legislativa Ordinária

Presidente

Arthur Lira

1º Vice-Presidente

Marcos Pereira

2º Vice-Presidente

Sóstenes Cavalcante

1ª Secretário

Luciano Bivar

2ª Secretária

Maria do Rosário

3ª Secretário

Júlio Cesar

4ª Secretária

Lucio Mosquini

Suplentes de Secretários

1º Suplente

Gilberto Nascimento

2º Suplente

Pompeo de Mattos

3º Suplente

Beto Pereira

4º Suplente

André Ferreira

Diretor-Geral

Celso de Barros Correia Neto

Secretário-Geral da Mesa

Luís Otávio Veríssimo Teixeira



Comissão de Desenvolvimento Urbano

Acácio Favacho

Presidente

Carlos Chiodini

1º Vice-Presidente

Guilherme Boulos

2º Vice-Presidente

Marangoni

3º Vice-Presidente



COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO URBANO

Presidente

Celso Maldaner

Projeto gráfico e capa

Serviço de Publicidade

Departamento de Comissões

João Batista Silva Aragão Junior

Texto e edição

Equipe Técnica da CDU

Coordenação de Comissões

Permanentes

Marcelo Brandão Lapa

Fotos

Agência Câmara

Assessorias Parlamentares

SUMÁRIO

Apresentação	6
Presidência	10
Membros	12
Representatividade	17
Atividades	18
Resultados	19
Eventos	20
Proposições	47
Emendas	61
Notícias	63

APRESENTAÇÃO

É com muita satisfação que apresento os resultados dos trabalhos no ano de 2023 da Comissão de Desenvolvimento Urbano (CDU) com a minha gestão. Assumi esse cargo de alta relevância por acreditar na necessidade da conectividade entre Brasília e o Brasil, incentivando e realizando debates na comissão para compartilhar ideias e contribuir para o desenvolvimento urbano.

A CDU é um importante órgão da Câmara dos Deputados que debate e vota proposições sobre: urbanismo e arquitetura; política e desenvolvimento urbano; uso, parcelamento e ocupação do solo urbano; habitação e sistema financeiro da habitação; transportes urbanos; infraestrutura urbana e saneamento ambiental; matérias relativas a direito



urbanístico e a ordenação jurídico-urbanística do território; planos nacionais e regionais de ordenação do território e da organização político-administrativa; política e desenvolvimento municipal e territorial; matérias

referentes ao direito municipal e edilício; regiões metropolitanas, aglomerações urbanas, regiões integradas de desenvolvimento e microrregiões.

Desde o início desta Sessão Legislativa, a comissão realizou **30 Reuniões Deliberativas, 9 Reuniões de Audiências Públicas, 1 Mesa-Redonda, 2 Seminários, 17 Reuniões Técnicas, e 14 outros eventos**, por meio dos quais os membros do colegiado se informaram sobre os assuntos sob sua análise.

Aprovamos os projetos que tratavam dos seguintes temas: Inclusão de medidas nas diretrizes da política urbana para



mitigar impactos das mudanças climáticas;

- Prioridade no **Minha Casa, Minha Vida** para famílias com dependente com microcefalia e pessoas que realizaram transplante de órgãos ou que estão na lista única de transplante;
- Quitação pelo Estado de imóvel de policial aposentado por acidente de trabalho;

- Criação de espaço de convivência para cães e gatos;
- Parklet em plano de mobilidade urbana dos municípios;

- Exigência de equipamentos esportivos em núcleos habitacionais construídos pelo governo;
- Criação de coletores de resíduos sólidos nos bueiros;
- Instalação de antenas em localidades prioritárias nos municípios;
- Criação do bilhete único nacional para transporte público;
- Garantia do desembarque fora do ponto de ônibus durante a noite;
- Licenciamento para infraestruturas de telecomunicação;
- Assistência técnica para habitação de interesse social em plano diretor;
- Criação da parada de ônibus para pessoa com deficiência;
- Disponibilização de vagas de estacionamento para pessoas com autismo
- Garantia de transporte público gratuito a idosos
- Obrigatoriedade de instalação de itens de segurança em escadas rolantes;
- Multa para quem deixar menor de 12 anos sozinho em veículo ou área comum de condomínio;
- Criação de redes elétricas subterrâneas em locais tombados;
- Criação de fundo para financiar aumento de áreas verdes nas cidades;
- Isonomia da cobrança de IPTU em área que não possui requisitos urbanísticos mínimos.

Também realizamos as seguintes ações:

- Entrega do **Prêmio Lucio Costa com especial homenagem ao Ministro das Cidades, Jader Filho**, por sua atuação à frente do ministério,
- **Homenagem ao ex-presidente da CDU, Celso Maldaner (MDB/SC)**,
- **Criação de selo** para homenagear estados e municípios com destaque em desenvolvimento urbano;
- Audiência com **trabalhadores de aplicativos** para dialogar sobre a regulamentação para o setor;

- Debate com o **presidente do IBAMA, Rodrigo Mendonça**, para explicar recusa da licença para a exploração de gás e petróleo no Amapá;
- **Mesa-redonda na Assembleia Legislativa do Estado do Amapá** para debater extinção da Funasa;
- Audiência com o **Ministro das Cidades, Jader Filho**, para debater sobre política urbana;
- Realização de Auditorias e debates sobre o **Reajuste da energia elétrica no Amapá** e

E instalamos três importantes Subcomissões Especiais:

- **Subcomissão Especial para tratar da Crise Energética no Amapá – SUBCEA;**
- **Subcomissão Especial para debater e acompanhar planos de Mobilidade Urbana – SUBMOB e**
- **Subcomissão Especial para debater políticas públicas de Saneamento Básico e do Déficit Habitacional – SUBSAND.**

O ano de 2023 foi um ano de muito comprometimento e resultados, trabalho e gratidão, sempre busquei o melhor para o povo do Amapá e de todo o Brasil! Para o desempenho de todas essas atividades, agradeço o apoio dos servidores que integram a Comissão de Desenvolvimento Urbano e os responsáveis pelo suporte administrativo e técnico necessários para o bom andamento dos trabalhos, minhas assessorias legislativa, jurídica e de comunicação, e também aos que acompanharam os trabalhos deste Colegiado – lideranças políticas, órgãos públicos e entidades privadas.

Você pode não ver o que é importante, mas quando falta, você sente!

Deputado **Acácio Favacho**

Presidente da CDU

PRESIDÊNCIA

Acácio Favacho é presidente da Comissão de Desenvolvimento Urbano e Vice-líder da Maioria na Câmara dos Deputados.

Começou sua carreira política como vereador em Macapá. Está em seu segundo mandato de deputado federal, tendo ocupado, em 2021, o cargo de secretário de Comunicação Social da Câmara.



ACÁCIO FAVACHO-MDB/AP
Presidente



CARLOS CHIODINI - MDB/SC
1º Vice - Presidente

Um apaixonado por Santa Catarina!

Apoia o fomento ao empreendedorismo, o incentivo às pesquisas e produção científica e a desburocratização. Luta para que a geração de emprego e renda seja um caminho próspero a todo cidadão brasileiro!



BOULOS - PSOL/SP
2º Vice - Presidente

É professor universitário, advogado com doutorado em Ciências Sociais.

Foi secretário de Habitação e Regularização Fundiária de Santo André (SP) e Secretário Executivo de Habitação do estado de São Paulo.

É coordenador nacional do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto, filósofo, professor e mestre em psiquiatria pela Universidade de São Paulo.

Em 2022, foi eleito o deputado de esquerda mais votado da história do Brasil.



MARANGONI-UNIÃO/SP
3º Vice-Presidente

MEMBROS TITULARES



Acácio Favacho - MDB/AP



Adriano do Baldy - PP/GO



Augusto Puppio - MDB/AP



Carlos Chiodini -MDB/SC



Denise Pessôa - PT/RS



Guilherme Boulos -PSOL/SP



Joseildo Ramos - PT/BA



Júnior Mano - PL/CE



Lêda Borges - PSDB/GO



Marangoni - UNIÃO/SP



Marcelo Lima - PSB/SP



Marcelo Pollon - PL/MS



Natália Bonavides -PT/RN



Padovani - UNIÃO/PR



Pedro Aihara - PATRI/MG



Ricardo Guidi - PSD/SC



Saulo Pedroso (PSD/SP)

MEMBROS SUPLENTE



Abilio Brunini - PL/MT



**Antonio Andrade
REPUBLICANOS/TO**



Bibo Nunes - PL/RS



Castro Neto - PSD/PI



**Cleber Verde
REPUBLICANOS/MA**



**Coronel Assis
UNIÃO/MT**



**Danilo Forte
UNIÃO/CE**



**Dorinaldo Malafaia
PDT/AP**



Eunício Oliveira MDB/CE



Fabio Garcia UNIÃO/MT



Gabriel Nunes PSD/BA



João Daniel PT/SE



Josenildo
PDT/AP



Julio Lopes
PP/RJ



Luciano Azevedo
PSD/RS



Max Lemos
SOLIDARIEDADE/RJ



Paulão
PT/AL



Ricardo Maia
MDB/BA



Rodrigo Gambale
PODE/SP



Toninho Wandscheer
(PP/PR)

INSTALAÇÃO E ELEIÇÃO

O deputado Acácio Favacho (MDB-AP) foi eleito, por unanimidade, presidente da Comissão de Desenvolvimento Urbano da Câmara.

Ex-vereador em Macapá, Favacho ocupou na legislatura passada o cargo de secretário de Comunicação Social da Câmara (entre março de 2021 e janeiro deste ano). Ele está no seu segundo mandato de deputado federal.

O colegiado também elegeu o deputado Carlos Chiodini (MDB-SC) para o cargo de 1º vice-presidente .

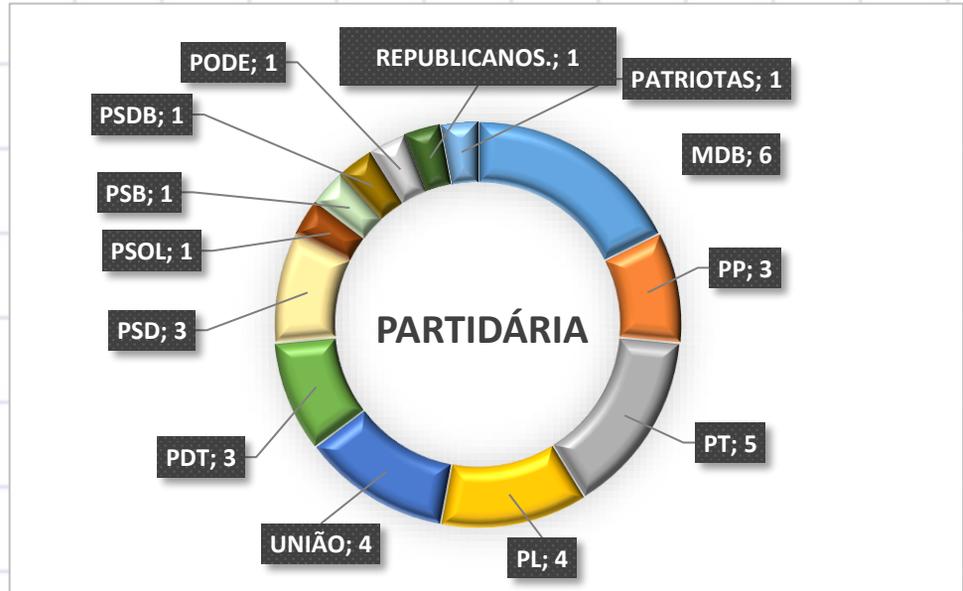


REPRESENTATIVIDADE

A Comissão de Desenvolvimento Urbano é composta por **18 membros titulares e 18 membros suplentes**.

As vagas são distribuídas entre os partidos, obedecendo regras de proporcionalidade partidária, dispostas no Regimento Interno.

Os parlamentares são indicados pelas Lideranças.



Geográfica - 18 Estados representados

ALAGOAS

MARANHÃO

PIAUÍ

SERGIPE

AMAPÁ

MINAS GERAIS

RIO DE JANEIRO

SÃO PAULO

BAHIA

MATO GROSSO

RIO GRANDE DO NORTE

TOCANTINS

CEARÁ

MATO GROSSO DO SUL

RIO GRANDE DO SUL

GOIÁS

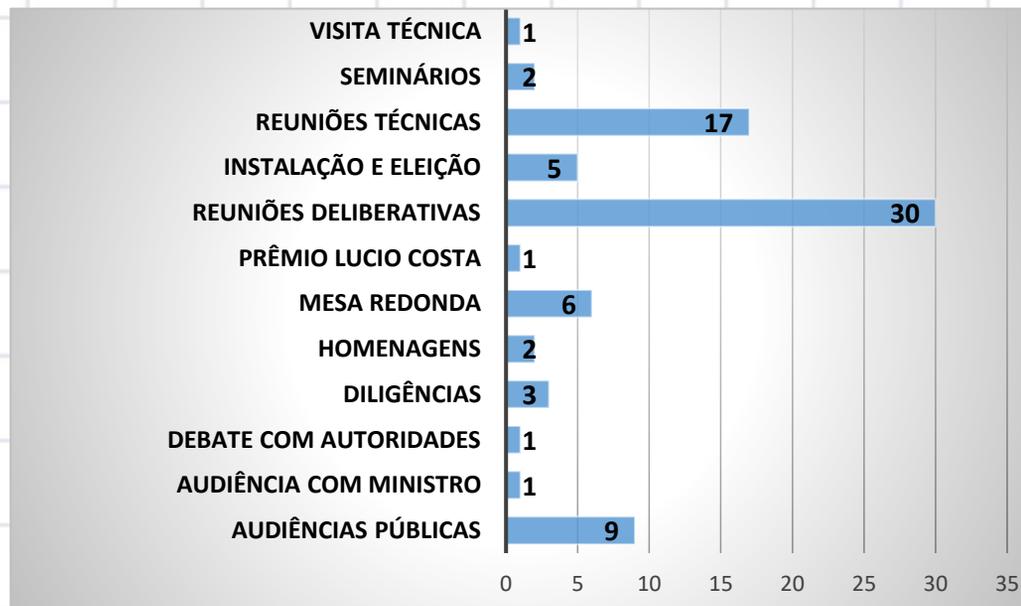
PARANÁ

SANTA CATARINA

ATIVIDADES DA COMISSÃO

Em 2023, a CDU realizou 30 Reuniões Deliberativas, 9 Audiências Públicas, 2 Diligências, 1 Mesa Redonda, 2 Seminários, 1 Visita Técnica, 1 Premiação, 1 Audiência com Ministro, 1 Debate e 17 Reuniões Técnicas com autoridades, aproximando o parlamento da sociedade para melhor compreender suas necessidades

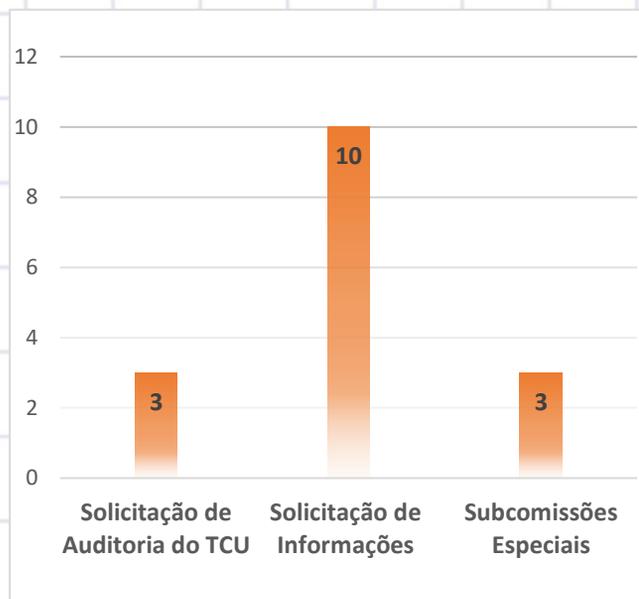
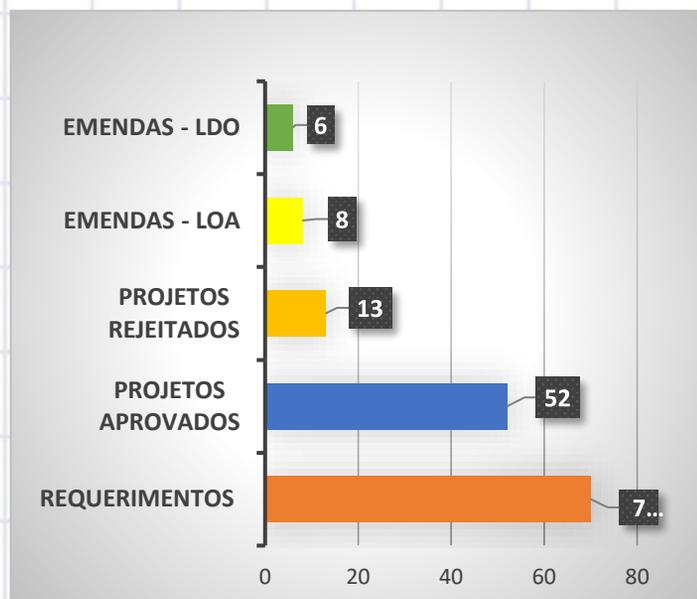
Reuniões realizadas



REUNIÕES DELIBERATIVAS E EVENTOS

Também instalou 3 Subcomissões Especiais, requereu informações a Ministros e instaurou auditorias com o auxílio do Tribunal de Contas da União - TCU

Assim, a CDU desempenhou sua função constitucional de apreciar matérias, instruir relatores e fiscalizar o Poder Executivo



EVENTOS REALIZADOS

Em 2023, a CDU realizou 9 Audiências Públicas, 2 Diligências, 1 Mesa Redonda, 2 Seminários, 1 Visita Técnica, 1 Premiação, 1 Audiência com Ministro das Cidades e 1 Debate com Secretário Nacional e 17 Reuniões Técnicas com autoridades!

Assim, desempenhou sua função de instruir membros e relatores de matérias, fiscalizar o Poder Executivo e atender demandas específicas da população brasileira.



05/05/2023 - DILIGÊNCIA PARA AVERIGUAR A SITUAÇÃO DOS CENTROS DE ACOLHIDA PARA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NA CIDADE DE SÃO PAULO/ SP

Requerimento nº 2/2023 – Deputado Guilherme Boulos (PSOL/SP)

Participantes:

DEPUTADOS FEDERAIS:

GUILHERME BOULOS - PSOL/SP

ERIKA HILTON - PSOL/SP,

JULIANA CARDOSO - PT/SP,

ORLANDO SILVA - PCdoB/SP

ALFREDINHO – PT/SP

VEREADORES :

ELAINE DO QUILOMBO PERIFÉRICO - PSOL/SP

LUANA ALVES - PSOL/SP

SILVIA DA BANCADA FEMINISTA

TONINHO VESPOLI - PSOL/SP

LUNA ZARATTINI (PT/SP)



11/05/2023 - MESA REDONDA NA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO AMAPÁ PARA DISCUTIR OS IMPACTOS DA EXTINÇÃO DA FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE/ FUNASA

Requerimento nº 7/2023 – Deputado Acácio Favacho

Participantes:

ALLINY SERRÃO, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Amapá/AP;

JÚNIOR FAVACHO, Deputado Estadual MDB/AP;

ACÁCIO FAVACHO, Presidente da CDU;

HILDO ROCHA, Secretário-Executivo do Ministério das Cidades - MCID;

CARLOS ROBERTO TOME JUNIOR, Secretário Nacional de Desenvolvimento Urbano e Metropolitano - MCID;

VICTOR HUGO MOSQUERA, Diretor do Departamento de Extinção da FUNASA;

AMIRALDO FAVACHO, Presidente do Tribunal de Contas do Amapá em Exercício;

AURINEY BRITO, Presidente da Ordem dos Advogados do Amapá/AP



31/05/2023 – APOSIÇÃO DA FOTO DO DEPUTADO CELSO MALDANER NA GALERIA DE EX-PRESIDENTES DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO URBANO



16/06/2023 - DILIGÊNCIA PARA AVERIGUAR A CONCESSÃO DAS LINHAS DE TREM DE SÃO PAULO PARA A VIA MOBILIDADE

Requerimento nº 12/2023 – Deputado Guilherme Boulos

Participantes:

GUILHERME BOULOS

VEREADORA LUANA ALVES

Dirigente dos Sindicatos dos
Trabalhadores em Empresas
Ferroviárias

SIMÃO PEDRO;

ANTÔNIO DONATO;

PAULO BATISTA DOS REIS

MAURICI;



22/06/2023 - AUDIÊNCIA PÚBLICA O IMPACTO DAS PLATAFORMAS DE APLICATIVOS NAS CIDADES

Requerimento nº 10/2023 – Deputada Denise Pessôa

A Comissão de Desenvolvimento Urbano da Câmara dos Deputados debateu em audiência pública os impactos da atuação de plataformas digitais nas condições de trabalho, as transformações do mundo do trabalho e a criação de alternativas legislativas e de políticas públicas para garantir dignidade na prestação desses serviços. O debate atendeu ao requerimento 10/2023 CDU, de iniciativa da deputada Denise Pessôa (PT-RS).



13/09/2023 - AUDIÊNCIA PÚBLICA OS IMPACTOS DO REAJUSTE NA TARIFA DE ENERGIA ELÉTRICA NO ESTADO DO AMAPÁ

Requerimentos nº 19, 25, 31, 33/2023 – Deputado Acácio Favacho

Acesse para mais informações: <https://www.camara.leg.br/noticias/996668-comissao-debate-dificuldades-no-fornecimento-de>



21/09/2023 – AUDIÊNCIA PÚBLICA: MARCO REGULATÓRIO DO SANEAMENTO BÁSICO

Requerimentos nº 26 e 38/2023 – Deputado Max Lemos - PDT/RJ

Expositores:

JAMACI A. DO NASCIMENTO JUNIOR - Coordenador-Geral de Orçamento e Finanças/SNSA do MCid

FILIFE DE MELLO SAMPAIO CUNHA - Diretor da Agência Nacional de Águas - ANA

MARCELO TRINDADE MITERHOF - Diretoria de Infraestrutura e Mudança Climática do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES

FELIPE RENE CARDOSO - Gerente de Desenvolvimento de Parcerias e Serviços Especiais pra Governo da Caixa Econômica Federal - CEF

PEDRO DAMÁSIO COSTA NETO - Presidente da Federação Nacional dos Urbanitários - FNU/CUT

FÁBIO GERI SMARÇARO - Secretário de Saneamento da Federação Nacional dos Urbanitários - FNU/CUT

PERCY SOARES NETO - Diretor executivo da Associação e Sindicato Nacional das Concessionárias Privadas de Serviços Públicos de Água e Esgoto - ABCON SINDCON

O evento discutiu o marco regulatório do saneamento básico. O economista do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) Marcelo Trindade afirmou que são necessários investimentos de R\$ 31,5 bilhões por ano para alcançar a meta de universalização do sistema de saneamento básico até 2033. Ele alertou, no entanto, que a média entre 2008 e 2021 foi de pouco mais da metade disso. Por isso, ele prevê que a meta seja alcançada mais tarde, até 2040.

Segundo o economista, mais da metade dos investimentos em água potável e coleta e tratamento do esgoto entre 2016 e 2020 se concentraram nas três empresas de São Paulo, Minas Gerais e Paraná. Marcelo Trindade explicou que há dificuldade das demais empresas de apresentar projetos e de buscar créditos.

Já o diretor da Associação Nacional das Concessionárias Privadas de Serviços Públicos de Água e Esgoto (Abcon), Percy Soares Neto, disse que, se for mantido o ritmo atual de investimentos, a universalização da água potável só virá em 2091 e a do esgoto, em 2060.

O economista Marcelo Trindade destacou, porém, que o BNDES está auxiliando as regiões metropolitanas e estados com projetos de concessões, parcerias público-privadas e privatizações, num total de 24, que devem atingir 30% do déficit.

O coordenador-geral de Orçamento e Finanças do Ministério das Cidades, Jamaci Avelino, disse que, com a edição dos novos decretos que regulamentam o marco regulatório do saneamento básico, o governo acredita que será possível destravar projetos, auxiliando os pequenos municípios.



O deputado Max Lemos pediu aos convidados mais detalhes sobre os problemas que os municípios vêm enfrentando para se adequarem à legislação.

“Aonde nós temos problema hoje, aonde nós temos contrato que não esteja de acordo com o previsto na legislação. Para que a gente possa entender de que forma a gente ajuda”, declarou.

Acesse para mais informações: <https://www.camara.leg.br/noticias/1000584-ritmo-de-investimentos-em-saneamento-basico-ainda>

18/10/2023 – AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE OS IMPACTOS DA PRIVATIZAÇÃO DA SABESP

Requerimento nº 36/2021 – Deputado Guilherme Boulos - PSOL/SP

Expositores

EMÍDIO DE SOUZA - Deputado Estadual da Assembleia Legislativa de São Paulo e Coordenador da Frente Parlamentar contra a privatização da Sabesp

AMAURI POLLACHI - Conselheiro do Observatório Nacional dos Direitos à Água e ao Saneamento (ONDAS)

LÉO HELLER - Pesquisador do Instituto René Rachou - Fundação Oswaldo Cruz

JOSÉ ANTÔNIO FAGGIAN - Presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Água, Esgoto e Meio Ambiente do Estado de São Paulo - Sintaema

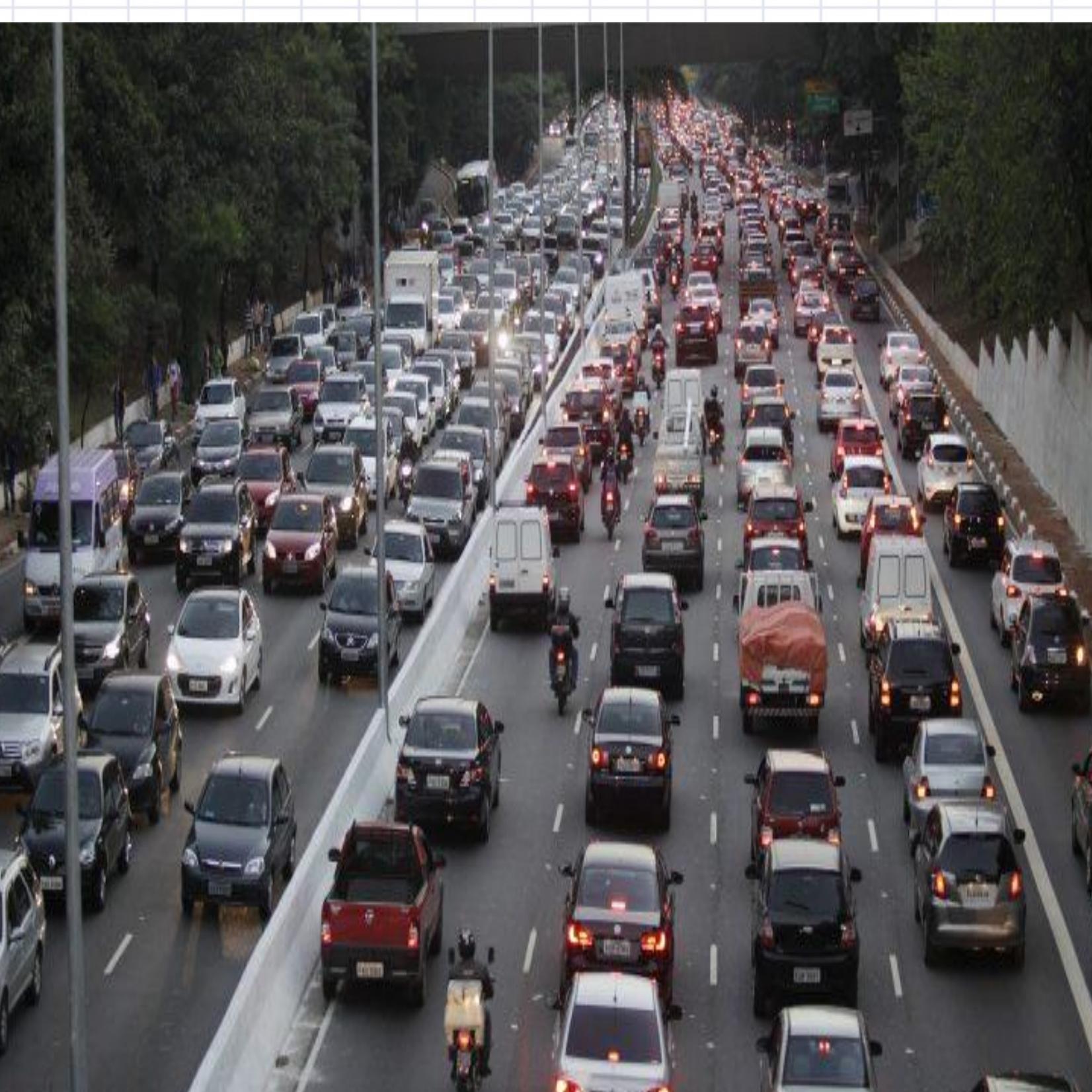
O autor destaca que a companhia é a maior empresa de saneamento da América Latina, e uma das maiores do mundo em população atendida: 28,4 milhões de pessoas abastecidas com água e 25,2 milhões de pessoas com coleta de esgotos.

"Em 2022, a Sabesp registrou lucro 35,4% maior que no ano anterior, demonstrando a sua plena capacidade de aplicar os recursos investidos e buscar o cumprimento das metas de universalização, que devem ser atingidas até 2033, conforme Marco Legal do Saneamento", destacou o deputado.

Boulos acusa o governo do estado de São Paulo e a prefeitura da capital paulista de fazerem alterações na estrutura administrativa e financeira da empresa que provocaram perda da autonomia do município no sistema e uma diminuição de R\$ 650 milhões ao ano para investimento na urbanização e saneamento de periferias. Fonte: Agência Câmara de Notícias

Acesse para mais informações: <https://www.camara.leg.br/noticias/1006624-comissao-vai-debater-privatizacao-da-empresa-de>





24/10/2023 - AUDIÊNCIA PÚBLICA CONJUNTA COM A COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA DEBATE SOBRE A EFICIÊNCIA ENERGÉTICA EM COMBUSTÍVEIS VEICULARES

Requerimento nº 17/2021 – Deputado Bibo Nunes e nº 105/2023 – CME do Deputado Ricardo Salles.

Expositores:

PIETRO ADAMO SAMPAIO MENDES, Secretário Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis do Ministério de Minas e Energia – MME;

HENRY JOSEPH - Diretor de Assuntos Técnicos da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores

RENATO ROMIO, Pesquisador das Instituições de Pesquisa Integrantes

CRISTIAN MALEVIC, Diretor de Engenharia e Unidade de Negócios de Descarbonização e Energia da Tupy

CELSO MATTOS, Vice-Presidente do Sindicato das Indústrias de Reparação de Veículos e Acessórios – SINDIREPA



Acesse para mais informações: <https://www.camara.leg.br/noticias/1008601-comissoes-vaio-debater-eficiencia-energetica-de>

25/10/2023 - MINISTRO JADER FILHO DEBATE AS PRIORIDADES DO MINISTÉRIO DAS CIDADES



Vinicius Loures/Câmara dos Deputados

O ministro das Cidades, Jader Barbalho Filho, participou de audiência pública conjunta das comissões de Viação e Transportes e Desenvolvimento Urbano da Câmara nesta quarta-feira (25) e declarou que “estão previstos até 2026, R\$ 609,7 bilhões em investimentos para o eixo Cidades Sustentáveis e Resilientes. Nesta primeira etapa, serão R\$ 65,4 bilhões divididos nos seguintes subeixos: Minha Casa, Minha Vida; Financiamento Habitacional; Periferia Viva (urbanização de favelas); Mobilidade Urbana Sustentável; Gestão de Resíduos Sólidos; Prevenção a Desastres, Contenção de Encostas e Drenagem; Esgotamento Sanitário.

O deputado Joseildo Ramos (PT-BA) destacou a necessidade de universalização dos serviços públicos de saneamento. "Garanto que só com a iniciativa privada não vamos chegar a bom termo", ressaltou. Em resposta, o ministro das Cidades lembrou que neste ano já foi liberado R\$ 1,5 bilhão de em debêntures para a companhia de saneamento baiana Embasa para investimentos em água e esgoto em 22 municípios.

O deputado Bebeto (PP-RJ) lembrou tragédias provocadas pelas chuvas no estado do Rio de Janeiro e deu o exemplo de São João de Meriti, que tem 58 morros e 10 locais mapeados como áreas de risco. O ministro ressaltou que para a prevenção de calamidades públicas, há previsão orçamentária de R\$ 1,36 bilhão, além de R\$ 200 milhões em financiamento para os próximos dois anos.

O ministro Jader Barbalho Filho também falou sobre o programa Minha Casa, Minha Vida. Segundo ele, no início do governo eram cerca de 180 mil unidades habitacionais não concluídas, mas hoje, depois de obras terem sido retomadas, o número diminuiu para 164 mil unidades. “Para os quatro anos do governo do presidente Lula, serão 2 milhões de unidades habitacionais, essa é a meta. Em termos de recursos isso significa R\$ 345 bilhões de novos investimentos”, assegurou.

Com a integração do Minha Casa, Minha Vida com as prefeituras, o ministro acredita que o déficit habitacional pode cair 10% já neste ano. "No ano passado foram contratadas 380 mil unidades habitacionais. Até a última sexta-feira, nós já tínhamos contratados no FGTS, no ano de 2023, 350 mil. E nós vamos superar esse número, pois a meta deste ano era de 430 mil unidades, mas vamos bater, no mínimo, 450 mil unidades em 2023", acredita. Fonte: Agência Câmara de Notícias

Acesse para mais informações: <https://www.camara.leg.br/noticias/1010761-ministro-alerta-sobre-o-fim-do-prazo-para-que>

25/10/2023 – PREMIO LUCIO COSTA DE MOBILIDADE, SANEAMENTO E HABITAÇÃO

A Comissão de Desenvolvimento Urbano da Câmara dos Deputados promoveu a solenidade de entrega da 8ª edição do Prêmio Lucio Costa de Mobilidade, Saneamento e Habitação.

A premiação contempla três entidades e três personalidades que têm desenvolvido trabalhos de impacto e reconhecimento pela sociedade, melhorando a vida dos cidadãos, nas áreas de mobilidade, saneamento e habitação no Brasil.



Os agraciados da 8ª Edição do Prêmio Lucio Costa foram:

AGRACIADO ESPECIAL: Ministro JADER BARBALHO FILHO

CATEGORIA PERSONALIDADES: GILBERTO GIACOIA - Procurador-Geral do Ministério Público do Paraná;
JOSÉ APRÍGIO DA SILVA - Prefeito do Município de Taboão da Serra/SP e **REINALDO IAPEQUINO** - Presidente da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo – CDHU/SP

CATEGORIA ENTIDADES: CENTRO GASPAR GARCIA DE DIREITOS HUMANOS; PREFEITURA DE SÃO BERNARDO DO CAMPO/SP e SANEAGO - SANEAMENTO DE GOIÁS S.A.

Acesse para mais informações: <https://www.gov.br/cidades/pt-br/assuntos/noticias-1/autoridades-do-ministerios-das-cidades-recebem-premio-lucio-costa-de-mobilidade-saneamento-e-habitacao>



26/10/2023 - AUDIÊNCIA PÚBLICA

INCENTIVO AO FINANCIAMENTO PARA SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO

Requerimento nº 34/2023 – Deputado Joseildo Ramos – PT/BA

Expositores:

HELENA BUYS FERREIRA DA SILVA - Secretaria Especial de Avaliação e Monitoramento - SAM/CC da Casa Civil

CÁSSIO FELIPE BUENO - Coordenador-Geral de Financiamento ao Setor Público da Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental - MCid

BERNARDO VIANNA ZURLI MACHADO - Gerente do Departamento de Saneamento Ambiental do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES

CLAYTON H. TAKABATAKE - Gerente Nacional Operações de Crédito dos Ativos FGTS da CEF

FÁBIO GIORI SMARÇARO - Secretário de Saneamento da Federação Nacional dos Urbanitários - FNU

EDSON APARECIDO DA SILVA - Assessor de Saneamento da Federação Nacional dos Urbanitários - FNU

RODOPIANO MARQUES EVANGELISTA - Presidente da Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento - ASSEMAE

MARCOS HELANO FERNANDES MONTENEGRO - Coordenador de Comunicação do Observatório Nacional dos Direitos à Água e ao Saneamento – ONDAS

DIEGO AUGUSTO RIBEIRO SILVA - Diretor Financeiro, de Relações com Investidores e Regulação da Associação Brasileira das Empresas Estaduais de Saneamento - AESBE

Para o autor do Requerimento, o desafio atual é remover as travas que dificultam o financiamento do FGTS a investimentos na área por parte de empresas estaduais e serviços municipais. "Em nome do controle do endividamento público, o Conselho Monetário Nacional (CMN) tem dificultado o acesso ao crédito das companhias estaduais e municipais e das autarquias municipais ainda que apresentem baixo nível de alavancagem e elevada capacidade de endividamento", reclamou Joseildo Ramos.

Essa situação, acrescentou o deputado, impacta de forma negativa o ritmo para chegar à universalização do serviço de saneamento e pressiona a elevação das tarifas, cuja receita se torna a principal fonte de financiamento do investimento necessário. Fonte: Agência Câmara



Mais informações: <https://www.camara.leg.br/noticias/1011392-debate-na-camara-aponta-necessidade-de>



09/11/2023 - DILIGÊNCIA EM SÃO PAULO PARA AVERIGUAR A FALTA DE ENERGIA ELÉTRICA

Requerimento nº 61/2023 – Deputado Guilherme Boulos – PSOL/SP

Participante: **Deputado Federal Guilherme Boulos**

16/11/2023 - VISITA TÉCNICA PARA APURAR A EFETIVA FISCALIZAÇÃO DOS MEDIDORES DE ENERGIA GERIDOS PELA CEA EQUATORIAL / AMAPÁ

Requerimento nº 4/2023 - SUBCEA – Deputado Dorinaldo Malafaia – MDB/AP

Participante: **Deputado Federal Dorinaldo Malafaia**

Roteiro de visita técnica: Instituto de Pesos e Medidas do estado do Amapá e Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do estado do Amapá.

Mais informações: <https://www.pdtnacamara.com.br/a-pedido-de-dorinaldo-subcomissao-da-camara-vai-ao-amapa-apurar-fiscalizacao-de-medidores-de-energia/>

21/11/2023 - HOMENAGEM AO EX-DEPUTADO ZEZÉU RIBEIRO

Requerimento nº 62/2023 – Deputado Josenildo Ramos – PT/BA

Participantes:

ELEONORA LISBOA MASCIA - Gerente da Caixa Econômica Federal – CEF

MÔNICA ANDRÉA BLANCO - Presidente do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Distrito Federal – CAU/DF

LOLA MEDEIROS NETTO RIBEIRO - Arquiteta e Viúva do Homenageado

ODILO ALMEIDA FILHO - Presidente do Instituto dos Arquitetos do Brasil – IAB

EVANIZA RODRIGUES - Integrante da União Nacional por Moradia Popular – UNMP

SUELY ARAÚJO - Especialista Sênior em Políticas Públicas – Representante do Observatório do Clima

Zezéu Ribeiro foi parlamentar por três mandatos consecutivos, entre 2003 e 2014

O deputado Joseildo Ramos (PT-BA), destaca que Zezéu Ribeiro, que era arquiteto, notabilizou-se na Câmara dos Deputados pela defesa das políticas voltadas ao desenvolvimento urbano, como o planejamento da ocupação do solo nas cidades, habitação digna e os serviços de saneamento básico.

“Reconhecido pela sua capacidade de articulação assumiu o posto de coordenador da Bancada do Nordeste e também foi eleito presidente desta comissão. Inclusive, a sala de reuniões desta comissão leva o seu nome”, destaca Joseildo Ramos.



Fonte: Agência Câmara de Notícias .

Renato Araújo/Câmara dos Deputados



Mais informações: <https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/71059>

27/11/2023 - SEMINÁRIO NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SÃO PAULO PARA DISCUTIR AS DIRETRIZES DO PROGRAMA NACIONAL DE MORADIA POR AUTOGESTÃO

Requerimento nº 9/2023 – Deputado Josenildo Ramos – PT/BA

Participantes:

AMANDA ALVES

OLALQUIAGA

Departamento de
Produção Social da
Moradia –MCid

EVANIZA

RODRIGUES - BR

Cidades

RAIMUNDO

BONFIM - Coord.

Geral da Central dos
Movimentos

Populares

EDILSON MINEIRO

Assessor Técnico

RODRIGO IACOVINI

- Fórum Nacional de
Reforma Urbana

MARLI CARRARA - União Nacional por Moradia Popular -

Mais informações: <https://www.al.sp.gov.br/noticia/?id=465766>



27/11/2023 - SEMINÁRIO NA CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO PAULO DISCUTE OS IMPACTOS DA PRIVATIZAÇÃO DA SABESP

Requerimento nº 59/2023 – Deputados Josenildo Ramos , Orlando Silva e Juliana Cardoso

Participantes:

EMIDIO DE SOUZA- Deputado Estadual do Estado de São Paulo

RONALDO COPPA - Representante do Conselho de Administração da Sabesp

FRANCISCA A. DA SILVA - Diretora de Projetos da Associação dos Profissionais Universitários da Sabesp (APU)

AMAURI POLLACHI - Conselheiro da Engenharia pela Democracia

JOSÉ ANTÔNIO FAGGIAN - Presidente do Sindicato dos trabalhadores em Água, Esgoto e Meio Ambiente do Estado de São Paulo (Sintaema)

29/11/2023 – AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL – PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA

Requerimento nº 59/2023 – Deputada Natália Bonavides

Participantes:

EMÍDIO DE SOUZA- Deputado Estadual do Estado de São Paulo

RONALDO COPPA - Representante do Conselho de Administração da Sabesp

FRANCISCA A. DA SILVA - Diretora de Projetos da Associação dos

AMAURI POLLACHI - Conselheiro da Engenharia pela Democracia



Renato Araújo/Câmara dos Deputados

30/11/2023 – AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE OS DESAFIOS PARA UM SISTEMA ÚNICO DE MOBILIDADE NO BRASIL

Requerimento nº 59/2023 – Deputada Natália Bonavides

Participantes:

EMÍDIO DE SOUZA- Deputado Estadual do Estado de São Paulo

RONALDO COPPA - Representante do Conselho de Administração da Sabesp

FRANCISCA A. DA SILVA - Diretora de Projetos da Associação dos

AMAURI POLLACHI - Conselheiro da Engenharia pela Democracia



*Mario Agra /
Câmara dos
Deputados*

PROPOSIÇÕES APROVADAS

PROPOSIÇÃO/AUTOR	EMENTA
PL 9025/2017 NILTO TATTO	Altera a Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005, para incluir nas políticas nacionais de habitação de interesse social mecanismos de incentivo à produção local de alimentos.
PL 9026/2017 NILTO TATTO	Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, para incluir, entre os instrumentos da política urbana, mecanismos de incentivo à produção local de alimentos.
PL 9240/2017 NILTO TATTO	Altera a Lei nº 11.977 de 2009 para tornar obrigatório o provimento do espaço e da infraestrutura necessários para a produção local de alimentos em projetos de agricultura urbana sustentável na implantação de empreendimentos do Programa Nacional de Habitação Urbana - PNHU.
PL 337/2019 DAVID SOARES	Dispõe sobre o direito à quitação de imóveis financiados por órgãos do Estado aos membros da Segurança Pública que por motivo de reserva proveniente de acidente do trabalho não sejam considerados aptos para o exercício de suas atribuições.
PL 1349/2019 ALUISIO MENDES	Dispõe sobre o direito à quitação de imóveis financiados aos membros dos órgãos constitucionais de segurança pública que forem reformados ou aposentados em decorrência de acidente de serviço.
PL 2153/2020 DULCE MIRANDA	Dispõe sobre a criação do Selo Cidade Cidadã, a ser conferido, anualmente e por meio de concurso público, a Municípios e Estados que se destacarem na implementação de políticas públicas de desenvolvimento urbano, conforme preconiza a Lei nº 10.257, de 2001.
PL 1934/2021 CÁSSIO ANDRADE	Altera a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, que institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana, para incluir parklets no conteúdo do Plano de Mobilidade Urbana.
PL 2080/2022 MARCO BRASIL	Inclui no Calendário Oficial Nacional o “AGOSTO CINZA”, mês de reflexão e promoção de eventos sobre prevenção e combate à incêndios.
PL 380/2023 ERIKA HILTON	Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 para criar diretrizes que fomentem a construção de cidades resilientes às mudanças climáticas.
PL 209/2020 DIEGO ANDRADE	Altera a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (Lei de Registros Públicos), para simplificar o habite-se na averbação de construção residencial urbana finalizada há mais de 5 (cinco) anos em área em processo de regularização.
PL 281/2022 JULIO CESAR RIBEIRO	Altera a lei 11.977 de 7 de julho de 2009, para criar mecanismos de auxílio na aquisição e reconstrução de imóveis destruídos em razão de desastres naturais.

Relatório anual - 2023

PROPOSIÇÃO/AUTOR	EMENTA
PL 5541/2020 CEL CHRISÓSTOMO	Altera a Lei n.º 13.724, de 04 de outubro de 2018, que institui o Programa Bicicleta Brasil, incluindo a realização da Semana da Bicicleta, em âmbito nacional.
PL 2156/2021 JULIO CESAR RIBEIRO	Dispõe sobre as diretrizes para a Política Nacional de Mobilidade Elétrica, e dá outras providências.
PLP 278/2019 ROSANGELA GOMES	Autoriza o Poder Executivo a criar a Região Integrada de Desenvolvimento Econômico da Baixada Fluminense e do Rio Preto (BF RIDE) e a instituir o Programa Especial de Desenvolvimento da Região da Baixada Fluminense e do Rio Preto.
PL 415/2021 REJANE DIAS	Altera a Lei nº 12. 587, de 3 de janeiro de 2012 que institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana, para garantir que idosos, pessoas com deficiência, mulheres solicitem o desembarque noturno, após às 20 (vinte) horas, fora dos pontos de desembarque de passageiros.
PL 1727/2022 NEY LEPREVOST	Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), determinando a reserva de vagas de estacionamento em Shoppings e estabelecimentos públicos às pessoas com Transtorno do Espectro Autista - TEA.
PLP 84/2022 KIM KATAGUIRI	Revoga o §2º do art. 32 do Código Tributário Nacional, a fim de acabar com a possibilidade de cobrança de IPTU em áreas que não têm os requisitos urbanísticos mínimos previstos no Código.
PL 1139/2019 CARLOS BEZERRA	Revoga o art. 9º da Lei nº 10.931, de 2 de agosto de 2004.
PL 1631/2021 TIA ERON	Altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, que "dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas", aperfeiçoando o cálculo da renda familiar para efeitos de definição dos beneficiários do Programa.
PL 1436/2023 KIM KATAGUIRI	Altera a Lei nº 13.465, de 11 de julho de 2017, que dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana, para dispor sobre o prazo de registro do título de legitimação de posse.
PL 271/2023 AMOM MANDEL	Altera a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012 (Diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana), para inserir o transporte remunerado privado individual de passageiros com motocicleta.
PL 897/2023 CORONEL MEIRA	Altera a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, para incluir a hipótese de autorização para prestação de serviço de transporte remunerado privado individual de passageiros aos motoristas que possuem habilitação na Categoria A.

Relatório anual - 2023

PROPOSIÇÃO/AUTOR	EMENTA
PL 195/2020 GENINHO ZULIANI	Altera a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico, para estimular a gestão integrada de planos de saneamento básico.
PL 3272/2023 JONAS DONIZETTE	Institui o Fundo de Custeio da Ampliação das Áreas Verdes Arborizadas Urbanas e dá outras providências.
PL 4392/2021 NELSINHO TRAD	Institui o Programa Nacional de Assistência à Mobilidade dos Idosos em Áreas Urbanas (Pnami) e dá outras providências.
PL 1160/2022 FRED COSTA	Autoriza o sepultamento de cães e gatos junto a seus tutores.
PL 3373/2019 IGOR KANNÁRIO	Altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, para que a previsão de áreas de habitação de interesse social, no plano diretor ou em projetos específicos, esteja vinculada à previsão de mecanismos para garantir assistência técnica pública e gratuita às famílias de baixa renda para o projeto e a construção de habitação de interesse social, em conformidade com a Lei nº 11.888, de 24 de dezembro de 2008.
PL 4409/2019 CHICO D'ANGELO	Acrescenta Inciso no Artigo 3º da Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, que "dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas" e dá outras providências.
PL 5058/2019 EDNA HENRIQUE	Altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida, para incluir, entre os beneficiários de atendimento prioritário do programa, as famílias em que haja crianças com microcefalia.
PL 5262/2019 FLÁVIO NOGUEIRA	Altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida, para incluir, entre os beneficiários de atendimento prioritário do programa, as famílias de crianças com síndrome congênita do Zika vírus.
PL 6595/2019 DR. GONÇALO	Trata-se da obrigatoriedade no transporte público em conceder as Pessoas com Deficiência, e Mobilidade reduzida o direito de parada em qualquer lugar solicitado e das outras providencias.
PL 1278/2023 SAULLO VIANNA	Dispõe sobre a implantação de espaços de lazer aparelhados para atividades da terceira idade nos programas habitacionais executados pela União.
PL 798/2011 PAULO ABI-ACKEL	Dispõe sobre a obrigatoriedade de serem subterrâneas as instalações de distribuição de energia elétrica, quando realizadas em ruas das cidades que tenham setores de valor histórico, reconhecidos por órgãos estatais, especialmente os tombados pelo Instituto do Patrimônio e Artístico Nacional - IPHAN.

Relatório anual - 2023

PROPOSIÇÃO/AUTOR	EMENTA
<p>PL 1462/2011 ALICE PORTUGAL</p>	<p>Dispõe sobre a obrigatoriedade de serem subterrâneas as instalações de distribuição de energia elétrica, quando realizadas em ruas das cidades que tenham setores de valor histórico, reconhecidos por órgãos estatais, especialmente os tombados pelo Instituto do Patrimônio e Artístico Nacional - IPHAN.</p>
<p>PL 634/2020 MARCOS DO VAL</p>	<p>Altera a Lei nº 13.116, de 20 de abril de 2015 (Lei Geral das Antenas), para aprimorar o processo de licenciamento para a instalação de infraestrutura e de redes de telecomunicações.</p>
<p>PL 4309/2020 FLOREDELIS</p>	<p>Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e Adolescente - ECA, para prever punição para quem deixar criança menor de 10 (dez) anos sem supervisão em elevadores, piscinas, saunas ou quaisquer outros equipamentos ou espaços de uso comum em condomínios e dá outras providências.</p>
<p>PL 237/2021 ALEXANDRE FROTA</p>	<p>Dispõe sobre a obrigatoriedade de afixação de cartazes ou placas informativas nos elevadores públicos e privados informando que crianças não podem entrar desacompanhadas de um adolescente ou adulto responsável</p>
<p>PL 258/2021 ROBERTO DE LUCENA</p>	<p>Dispõe sobre a instalação de itens de segurança e acessibilidade nas escadas, escadas rolantes, esteiras e rampas nos locais que especifica.</p>
<p>PL 2018/2022 JHONATAN DE JESUS</p>	<p>Acrescenta artigos e incisos à Lei nº 13.116, de 20 de abril de 2015, para dispor sobre o licenciamento simplificado para a instalação de infraestrutura de redes de telecomunicações.</p>
<p>PL 402/2023 MARANGONI</p>	<p>Altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, que Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV, para incluir inciso V ao art. 73, para assegurar, no âmbito do programa habitacional, espaços exclusivos e cercados destinados aos animais de estimação caninos e felinos, levando em consideração o número de unidades habitacionais do referido empreendimento habitacional.</p>
<p>PL 2976/2023 FERNANDO MONTEIRO</p>	<p>Acrescenta artigos e incisos à Lei nº 13.116, de 20 de abril de 2015, para dispor sobre o licenciamento simplificado para a instalação de infraestrutura de redes de telecomunicações.</p>
<p>PL 1872/2023 PAULINHO FREIRE</p>	<p>Altera a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico, para dispor sobre a prevenção de enchentes e alagamentos por meio dos serviços de drenagem e manejo de águas pluviais.</p>

Relatório anual - 2023

PROPOSIÇÃO/AUTOR	EMENTA
PL 6095/2013 VALADARES FILHO	Altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, para incluir prioridade de atendimento grupos familiares integrados por pessoas com idade entre quinze e vinte e nove anos de idade.
PL 6511/2013 POLICARPO	Dispõe sobre a prioridade de atendimento aos beneficiários do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social (BPC-LOAS) no programa Minha Casa Minha Vida e dá outras providências.
PL 7219/2014 ROGÉRIO CARVALHO	Altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, para estabelecer prioridade de atendimento no Programa Minha Casa Minha Vida aos transplantados ou indivíduos na lista única de transplante de órgãos e tecidos.
PL 4601/2016 MOSES RODRIGUES	Prioriza o atendimento às pessoas com neoplasia maligna e às famílias de que façam parte, no âmbito do Programa Minha Casa, Minha Vida; altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009.
PL 8945/2017 AUREO	Acrescenta incisos ao Art. 3º da Lei nº 11.977, de 07 de julho de 2009, para adicionar entre os requisitos de indicação dos beneficiários do Programa Minha Casa, Minha Vida a priorização de beneficiários que tenham ascendentes familiares na área do imóvel de interesse (ASCENDENTE FAMILIAR).
PL 9149/2017 CHICO LOPES	Altera a Lei nº 11.977, de 07 de julho de 2009, para incluir como requisito a indicação de beneficiários, a prioridade de atendimento às famílias, cujo chefe de família, mulher ou homem, seja profissional da construção civil e tenha participado da construção da habitação referente ao programa.
PL 466/2022 LUIZÃO GOULART	Altera a Lei nº 13.116, de 20 de abril de 2015, para possibilitar mecanismos de incentivo à instalação de infraestrutura de telecomunicações em localidades prioritárias.
PL 1830/2022 KIM KATAGUIRI	Altera a Lei nº 12.587, de 2012, a fim de dispor sobre bilhete nacionalmente integrado de transporte público.

PROPOSIÇÕES REJEITADAS

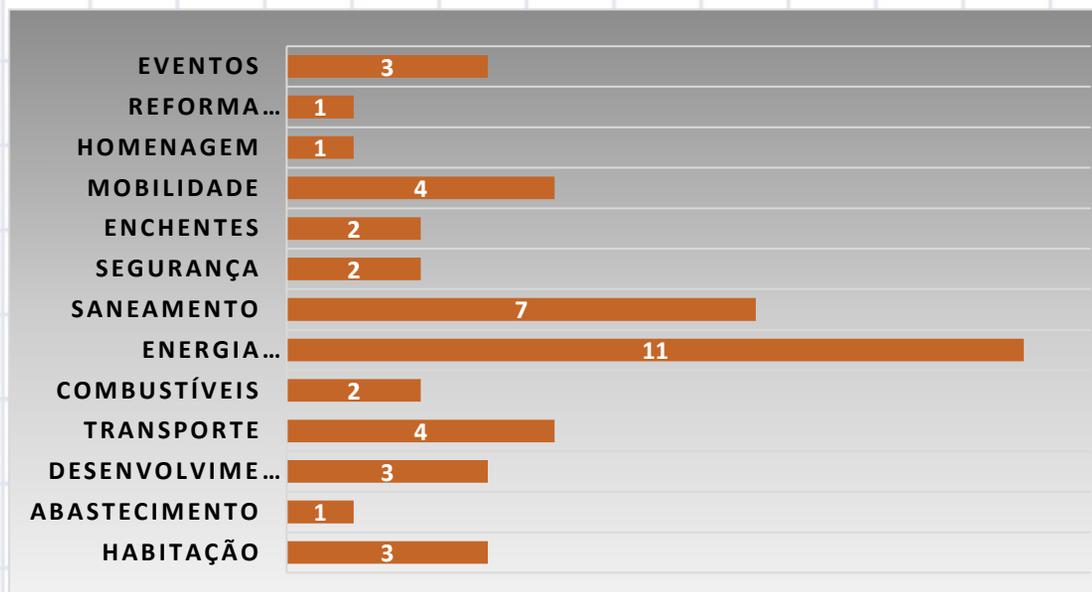
PROPOSIÇÃO/AUTOR	EMENTA
PL 3667/2021 NEREU CRISPIM	Dispõe sobre a obrigatoriedade de contratação de Bombeiros civis e Guarda Vidas civil, em âmbito nacional.
PL 2278/2022 RONALDO MARTINS	Dispõe sobre a atividade de bombeiros civis e fixa critérios mínimos de segurança para estabelecimentos ou eventos de grande concentração pública em âmbito nacional e dá outras providências.
PL 22/2019 WELITON PRADO	Institui o "Passe Livre Atleta" nos Sistemas de Transporte Público Municipal e Semiurbano de Passageiros, para atletas de todas as modalidades esportivas.
PL 1414/2021 DR. LEONARDO	Dispõe sobre a prorrogação de prazos previstos na Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007 e na Lei nº 14.026, de 15 de julho de 2020, em virtude da pandemia de coronavírus.
PL 2672/2021 SAMUEL MOREIRA	Altera a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, para prorrogar o prazo exigido para inclusão das metas de universalização nos contratos de prestação dos serviços públicos de saneamento básico em vigor.
PL 2953/2021 RENATA ABREU	Dispõe sobre a prorrogação de prazos previstos na Lei nº 14.026, de 15 de julho de 2020, em virtude da pandemia de coronavírus.
PL 4386/2021 FLEXA RIBEIRO	Altera a Lei nº 12.379, de 6 de janeiro de 2011, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Viação, para determinar a segregação das vias em função de critérios de acessibilidade, mobilidade e segurança, e a Lei nº 6.766, de 1979, que dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano, para vedar a conexão direta de vias urbanas locais com rodovias.
PL 6308/2019 PASTOR EURICO	Altera a Lei nº 10.257, de 10 de Julho de 2001, para proibir a instalação e o funcionamento de boates, casas noturnas e correlatas em áreas urbanas.
PL 6317/2019 PASTOR EURICO	Proíbe a instalação de motéis no perímetro urbano
PL 2427/2019 SF LASIER MARTINS	Altera a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, e a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, para incentivar a redução de perdas na distribuição de água tratada.
PL 5308/2019 DOMINGOS SÁVIO	Acresce o § 2º ao art. 33 da Lei nº 13.465, de 11 de julho de 2017.

REQUERIMENTOS

Em 2023, a CDU recebeu 70 requerimentos.

Entre os aprovados, a maior parte visou tratar de questões afetas à moradia, mobilidade, saneamento, e crise energética.

Temas recorrentes



REQUERIMENTOS APROVADOS

REQ	AUTOR - EMENTA
REQ-1/2023	CHIQUINHO BRAZÃO - Requer Audiência Pública com o Ministro das Cidades (alteração aprovada em 12/4/23)
REQ-2/2023	GUILHERME BOULOS - Requer realização de diligência para averiguar a situação dos Centros de Acolhida para População em Situação de Rua na cidade de São Paulo.
REQ-3/2023	MAX LEMOS - Requer a criação de Subcomissão Especial do Saneamento Básico e do Déficit Habitacional.
REQ-4/2023	JOSEILDO RAMOS - Requer que seja convidado o Ministro de Estado das Cidades, Senhor JADER FILHO, a fim de expor o Plano de Trabalho de sua pasta ministerial.
REQ-5/2023	ROSÂNGELA REIS - Requer a criação da Subcomissão Especial de Desenvolvimento das Regiões Metropolitanas, para debater ações que visem o desenvolvimento sustentável das regiões metropolitanas do Brasil.
REQ-6/2023	ACÁCIO FAVACHO – Requer audiência pública para debater os impactos da MPV nº 1.156/2023, sobre a extinção da Fundação Nacional de Saúde – FUNASA.
REQ-7/2023	ACÁCIO FAVACHO – Requer a realização de mesa redonda, na Assembleia Legislativa do Estado do Amapá, para debater os impactos da MPV 1.156/2023, sobre a extinção da Fundação Nacional de Saúde – FUNASA.
REQ-8/2023	ACÁCIO FAVACHO – Requer a realização de audiência pública com o Ministério das Cidades para debater sobre os impactos dos decretos presidenciais no Novo Marco do Saneamento Básico no país.
REQ-9/2023	JOSEILDO RAMOS - Requer a realização de Seminários, em cidades representantes das cinco regiões do País, sendo a última em Brasília, para debater o Projeto de Lei nº 4.616, de 2021, que institui diretrizes para a produção de moradia por autogestão, cria o Programa Nacional de Moradia por Autogestão e dá outras providências.

Relatório anual - 2023

REQ	AUTOR - EMENTA
REQ-10/2023	DENISE PESSÔA - Requer a realização de audiência pública para debater o impacto das plataformas de aplicativos nas cidades e as consequências para os trabalhadores e trabalhadoras em aplicativos
REQ-11/2023	ABILIO BRUNINI - Requer a realização de Audiência Pública para tratar do abastecimento de água em Várzea Grande e Tangará da Serra.
REQ-12/2023	GUILHERME BOULOS - Requer realização de diligência para averiguar a concessão das linhas de trem de São Paulo para a Via Mobilidade.
REQ-13/2023	ACÁCIO FAVACHO – Requer adicionar convidados à audiência pública para debater os impactos da MPV no 1.156/ 2023, sobre a extinção da FUNASA.
REQ-14/2023	ACÁCIO FAVACHO - Requer autorização para utilizar recursos da previsão orçamentária mensal da Comissão no custeio de despesas com serviços de alimentação em reuniões técnicas, mesas-redondas e cerimônias agendadas além da recepção de autoridades convidadas.
REQ-15/2023	ACÁCIO FAVACHO - Requer audiência pública com o Presidente do IBAMA, Sr. Rodrigo Agostinho, a esclarecer o indeferimento do pedido de licença da Petrobras para a Atividade de Perfuração Marítima no bloco FZA-M-59, localizado na bacia da Foz do Amazonas.
REQ-17/2023	BIBO NUNES - Requer audiência pública sobre o tema eficiência energética em combustíveis veiculares e seu o impacto na economia e meio ambiente.
REQ-18/2023	PEDRO AIHARA - Requer Audiência Pública com representantes da sociedade civil e entidades públicas para debater a instituição do Dia Nacional da Segurança com Eletricidade
REQ-19/2023	ACÁCIO FAVACHO - Requer a realização de audiência pública com o objetivo de debater os impactos do reajuste na tarifa, cortes repentinos, quedas e oscilações no fornecimento de energia elétrica para consumidores do Amapá.
REQ-20/2023	ACÁCIO FAVACHO - Requer auditoria, com auxílio do Tribunal de Contas da União, das ações e medidas adotadas pela Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) para garantir a qualidade, a eficiência e a continuidade do serviço público prestado pela concessionária CSA - Equatorial, no Estado do Amapá.

Relatório anual - 2023

REQ	AUTOR - EMENTA
REQ-21/2023	ACÁCIO FAVACHO - Requer auditoria, com auxílio do Tribunal de Contas da União, das ações e medidas adotadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) para garantir a qualidade, a eficiência e a continuidade do serviço público prestado pela concessionária Equatorial Energia – CEA, no Estado do Amapá.
REQ-22/2023	CASTRO NETO - Solicita e Audiência Pública para discussão do PL nº 4.392/2021, que institui o Programa Nacional de Assistência à Mobilidade dos Idosos em Áreas Urbanas (PNAMI).
REQ-23/2023	ACÁCIO FAVACHO - Solicita informações ao Ministro das Minas e Energia das ações e medidas adotadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) para garantir a qualidade, a eficiência e a continuidade do serviço público prestado pela concessionária Equatorial Energia – CEA, no Estado do Amapá.
REQ-24/2023	ACÁCIO FAVACHO - Solicita informações ao Ministro da Integração e Desenvolvimento Regional acerca das ações e medidas adotadas pela Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) para garantir a qualidade, a eficiência e a continuidade do serviço público prestado pela concessionária CSA - Equatorial, no Estado do Amapá.
REQ-25/2023	ACÁCIO FAVACHO – Requer adicionar convidados à audiência pública com o objetivo de debater os impactos do reajuste na tarifa, cortes repentinos, quedas e oscilações no fornecimento de energia elétrica para consumidores do Amapá.
REQ-26/2023	MAX LEMOS - Requer audiência pública para debater sobre o Marco Regulatório do Saneamento Básico.
REQ-27/2023	MAX LEMOS - Requer realização de audiência pública para debater sobre déficit habitacional.
REQ-28/2023	LÊDA BORGES - Propõe, com auxílio do TCU, que realize ato de fiscalização sobre a execução de obras de infraestrutura em área urbana para drenagem, pavimentação e manutenção de vias urbanas no Setor de Chácaras Anhanguera no Município de Valparaíso de Goiás/GO.
REQ-29/2023	GUILHERME BOULOS - Requer que seja convidado o Secretário Nacional de Periferias, Guilherme Simões, a fim de apresentar programas e ações desenvolvidas pela pasta.

Relatório anual - 2023

REQ	AUTOR - EMENTA
REQ-30/2023	JOSEILDO RAMOS - Requer a realização de Audiência Pública conjunta da COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO, COMISSÃO DE TRABALHO, para debater o processo de privatização da CORSAN- Companhia Riograndense de Saneamento no Rio Grande do Sul
REQ-31/2023	ACÁCIO FAVACHO - Adiciona convidado à audiência pública objeto do Req 19/2023, que visa debater a prestação de serviço de energia elétrica pela concessionária Equatorial Energia, no Amapá.
REQ-32/2023	ACÁCIO FAVACHO - Requer representar esta Comissão de Desenvolvimento Urbano da Câmara dos Deputados na 28ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas - COP-28.
REQ-33/2023	ACÁCIO FAVACHO – Requer adicionar convidados à audiência pública com o objetivo de debater os impactos do reajuste na tarifa, cortes repentinos, quedas e oscilações no fornecimento de energia elétrica para consumidores do Amapá.
REQ-34/2023	JOSEILDO RAMOS - Requer a realização de Audiência Pública em conjunto com a Frente Parlamentar Mista em Defesa do Saneamento Público para debater o incentivo ao financiamento e o descontingenciamento do crédito para os prestadores públicos de serviços de saneamento básico.
REQ-35/2023	NATÁLIA BONAVIDES - Requer a aprovação de Missão Oficial de membros desta Comissão para visita técnica à cidade de Barcelona, na Espanha, para participação do Congresso Cidade Inteligente.
REQ-36/2023	GUILHERME BOULOS - Requer a realização de Audiência Pública sobre os impactos da privatização da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – Sabesp.
REQ-38/2023	MAX LEMOS – Requer aditamento ao REQ 26/2023 CDU, para inclusão de convidado
REQ-39/2023	ABILIO BRUNINI – Requer a criação de Subcomissão Especial da Mobilidade Urbana
REQ-40/2023	ABILIO BRUNINI - Requer a realização de Audiência Pública para tratar do BRT entre Cuiabá e Várzea Grande no estado de Mato Grosso.
REQ-41/2023	ABILIO BRUNINI - Requer realizar a “Conferência para debater o BRT entre Cuiabá e Várzea Grande”, a ser realizada em Cuiabá - MT.

Relatório anual - 2023

REQ	AUTOR - EMENTA
REQ-42/2023	ACÁCIO FAVACHO - Requer a formação de uma delegação para, em missão oficial, representar esta Comissão de Desenvolvimento Urbano da Câmara dos Deputados na 28ª na Smart City Expo World Congress (Congresso de Cidades Inteligentes)
REQ-43/2023	LÊDA BORGES - Solicita informações à Prefeitura de Valparaíso de Goiás/GO acerca da quantidade de empreendimentos aprovados por esta municipalidade no período de 2013 a 2023.
REQ-47/2023	ACÁCIO FAVACHO - Requer a criação da Subcomissão Especial nesta Comissão de Desenvolvimento Urbano com o objetivo de analisar e encontrar soluções para os entraves técnicos e tarifários ao fornecimento de energia elétrica no Estado do Amapá.
REQ-48/2023	ACÁCIO FAVACHO - Requer seja encaminhada ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Fazenda Fernando Haddad, solicitação de informações acerca de tomadas de créditos pela empresa GRUPO EQUATORIAL, junto a entidades financeiras, públicas ou privadas.
REQ-49/2023	ACÁCIO FAVACHO - Requer informações ao Senhor Luiz Cláudio Moreira Lessa, acerca de tomadas de créditos pela empresa GRUPO EQUATORIAL, junto ao Banco da Amazônia - BASA, para investimentos no estado do Amapá.
REQ-50/2023	ACÁCIO FAVACHO - Solicita informações ao Senhor Ministro de Minas e Energia dos índices e planilha de custos que embasaram a Proposta de Revisão Tarifária Extraordinária da Equatorial Energia – CEA, no Estado do Amapá, autorizada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).
REQ-45/2023	MARANGONI - Requer, o aditamento ao Requerimento nº. 17/2023, para inclusão de convidado em audiência pública que debaterá eficiência energética em combustíveis veiculares.
REQ-46/2023	BIBO NUNES - Requer audiência pública para discutir os prejuízos dos cidadãos do Rio Grande do Sul causados pelas enchentes do início de setembro
REQ-51/2023	BIBO NUNES - Requer aditamento de convidados na Audiência Pública para discutir os prejuízos causados pelas enchentes.
REQ-52/2023	ABILIO BRUNINI - Requer a realização de Audiência Pública no para tratar da Política Nacional de Proteção e Defesa Civil – PNPDEC.

Relatório anual - 2023

REQ	AUTOR - EMENTA
REQ-53/2023	GUILHERME BOULOS - Requer a realização de Audiência Pública conjunta com a Comissão de Legislação Participativa, para tratar sobre os 60 anos da luta pela reforma urbana e a Plataforma de Luta pelo Direito à Cidade.
REQ-57/2023	NATÁLIA BONAVIDES - Requer a realização de Seminário para debater os desafios para a constituição de um Sistema Único de Mobilidade no Brasil.
REQ-58/2023	DORINALDO MALAFAIA - Requer aditamento da constituição da Subcomissão Especial Destinada a Tratar Da “Crise Energética no Estado do Amapá” – SUBCEA, com fins de ampliar sua atuação.
REQ-59/2023	JOSEILDO RAMOS - Requer a realização de Audiência Pública no Estado de São Paulo para tratar sobre os impactos da privatização da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo
REQ-60/2023	GUILHERME BOULOS - Requer a realização de Audiência Pública para debater a falta generalizada e duradoura de energia elétrica em diversas regiões da cidade de São Paulo.
REQ-61/2023	GUILHERME BOULOS - Requer realização de diligência para averiguar a falta generalizada e duradoura de energia elétrica em diversas regiões da cidade de São Paulo.
REQ-62/2023	JOSEILDO RAMOS - Requer a realização de homenagem póstuma ao ex-deputado Zezéu Ribeiro.
REQ-63/2023	JOSEILDO RAMOS – Requer o aditamento do Requerimento nº 59/2023
REQ-64/2023	DENISE PESSÔA - Requer a realização de Audiência Pública para discutir a implementação da Tarifa Zero no transporte público.
REQ-65/2023	DENISE PESSÔA - Requer a realização de audiência Pública Conjunta com a Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial a fim de discutir o tema: “Neuroarquitetura”.
REQ-66/2023	NATÁLIA BONAVIDES - Requer à Comissão de Desenvolvimento Urbano a inclusão de novos convidados no Seminário intitulado “Redesenhando o transporte público no Brasil: desafios e oportunidades na construção de um Sistema Único de Mobilidade para a ocupação da cidade”, aprovado por meio do Requerimento nº 57/2023 - CDU

Relatório anual - 2023

REQ	AUTOR - EMENTA
REQ-67/2023	GUILHERME BOULOS - Requer a realização de Audiência Pública para debater “Habitação de Interesse Social, o Programa Minha Casa, Minha Vida Entidades e o Orçamento 2024”.
REQ-68/2023	MARANGONI - Requer, nos termos regimentais, a realização de audiência pública para debater o PL n.º 3.645, de 2019, que “Altera a Lei nº 10.257, de 2001 – Estatuto da Cidade, para exigir o atendimento aos princípios do desenho universal na concepção e implantação de projetos de desenvolvimento urbano”.
REQ-69/2023	ACÁCIO FAVACHO - Requer autorização para impressão do Relatório Anual das Atividades desempenhadas pela Comissão de Desenvolvimento Urbano no ano de 2023, com a utilização da verba prevista no Ato da Mesa nº 80, de 2019.
REQ-70/2023	ACÁCIO FAVACHO - Requer informações ao Ministério da Fazenda sobre as garantias apresentadas pela empresa CEA Equatorial ao Banco da Amazônia e às demais instituições financeiras das quais a empresa possa ter tomado crédito, além do Plano de Aplicação de todos os recursos recebidos.

EMENDAS AO ORÇAMENTO – LDO / LOA

Emendas aprovadas CDU - PLDO 2024

Número	TIPO	Autoria	Ementa	Unidade Orçamentária	META
2	META	Acácio Favacho	Requer Apoio à Produção Habitacional de Interesse Social. Programa: 2320; Ação 00TI; Meta: 400.000.000.	56902 - Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social - FNHIS	20.000
4	META	Acácio Favacho	Requer Apoio a Projetos e Obras de Reabilitação, de Acessibilidade e Modernização Tecnológica. Programa: 5601; Ação: 00SY; Meta: 100.000.000.	56101 - Ministério das Cidades - Administração Direta	1.000
9	META	Pedro Aihara	Requer Redução do risco de desastres naturais em municípios críticos a partir do planejamento e da execução de obras de drenagem urbana e manejo de águas. Programa: 2318; Ação: 00TK; Meta: 80.	56101 - Ministério das Cidades - Administração Direta	10.000
1	TXT	Guilherme Boulos	Emenda de texto: Requer a inclusão do inciso LXXIV no Anexo III, Seção I do Projeto de Lei nº 4 de 2023 (Despesas com o Programa de Gestão de Riscos e Desastres)		
10	TXT	Pedro Aihara	Emenda de texto: Requer a inclusão de "Ações de prevenção em áreas de risco e de resposta e recuperação em áreas atingidas por desastres e sobre o Fundo Nacional para Calamidades Públicas, Proteção e Defesa Civil." no Anexo III do Projeto de Lei nº 4 de 2023. (O não contingenciamento dos recursos para obras de infraestrutura e prevenção de desastres)		

Relatório anual - 2023

Emendas aprovadas CDU - PLOA 2024

Número	TIPO	Autoria	Ementa	Programa	Ação	Unidade Orçamentár	Valor
1	ACR-APR	Acácio Favacho	Requer apoio a projetos de infraestrutura do Ministério do Turismo.	2323 - Turismo, esse é o destino	10V0 - Apoio a Projetos de Infraestrutura Turística	54000 - Ministério do Turismo	500.000.000
2	ACR-APR	Acácio Favacho e Junior Mano	Requer apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano;	2319 - Mobilidade Urbana	00T1 - Apoio à Política Nacional de Desenvolvimento Urbano Voltado à Implantação e Qualificação Viária	56000 - Ministério das Cidades	100.000.000
3	ACR-APR	Acácio Favacho	Requer apoio à melhorias de Sistemas de Esgotamento Sanitário	2322 - Saneamento Básico	00TO - Apoio à Implantação, Ampliação ou Melhorias de Sistemas de Esgotamento Sanitário	56000 - Ministério das Cidades	100.000.000
5	ACR-APR	Guilherme Boulos	Requer Transferências ao Fundo de Desenvolvimento Social	2320 - Moradia Digna	00CY - Transferências ao Fundo de Desenvolvimento Social – FDS	56000 - Ministério das Cidades	500.000.000
9 e 10	INC-REM	Lêda Borges e Castro Neto	Requer Nova Ação - Subsídio Tarifário de Transporte Coletivo Urbano Interestadual de Passageiros	999X - Atípica	9999 - Ação Atípica	56101 - Ministério das Cidades - Administração Direta	1.000.000.000

Emendas aprovadas CDU - PPA 2024-2027

Tipo	Autor	Programa	Objetivo	Total
Sugestão de Emenda de Programa	Autor: Acácio Favacho	Programa: 2319 – Mobilidade Urbana	Objetivo: Promover os deslocamentos sustentáveis, seguros e acessíveis de pessoas e cargas nas cidades, priorizando o transporte não motorizado e o transporte público coletivo	Valor: R\$ 41.599.326.220
Sugestão de Emenda de Programa	Autor: Marangoni	Programa: 5601 – Cidades Melhores	Objetivo: Reduzir desigualdades socioterritoriais mediante o desenvolvimento urbano integrado, democrático, acessível, inclusivo e sustentável, por meio de políticas de planejamento urbano, gestão e projetos urbanísticos.	Valor: R\$ 9.486.000.000
Sugestão de Emenda de Programa	Autor: Marangoni	Programa: 2320 – Moradia Digna	Objetivo: Promover moradia digna às famílias residentes em áreas urbanas e rurais com a garantia do direito à cidade, associado ao desenvolvimento urbano e econômico, à geração de trabalho e de renda e à elevação dos padrões de habitabilidade e de qualidade de vida da população.	Valor: R\$ 683.107.595.473

CDU EM NOTÍCIAS

25/05/2023 - COMISSÃO CONVIDA PRESIDENTE DO IBAMA PARA EXPLICAR RECUSA DA LICENÇA PARA A EXPLORAÇÃO DE GÁS E PETRÓLEO NO AMAPÁ

A Comissão de Desenvolvimento Urbano (CDU) aprovou convite ao presidente do IBAMA, Rodrigo Agostinho, para esclarecer o indeferimento do pedido de licença da Petrobras para a atividade de perfuração marítima no bloco FZA-M-59, localizado na bacia da Foz do Amazonas. O convite é resultado de requerimento do Deputado Acácio Favacho (MDB/AP), Presidente da comissão.

“Petróleo, sim! Infelizmente, o Amapá é o terceiro estado com maior índice de desemprego no Brasil, segundo a recente Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) divulgada pelo IBGE. O petróleo vai trazer emprego e desenvolvimento econômico para nosso Estado. Não concordo com a decisão do Ibama em negar a licença para a exploração de gás e petróleo pela Petrobrás na margem equatorial do Amapá”, afirma. Na última reunião da Bancada Federal do Amapá, ele alertou sobre a importância de se redigir uma carta aberta para o governo federal pela defesa da exploração de gás e petróleo no Amapá.

Fonte: Assessoria de Comunicação da CDU

25/05/2023 - COMISSÃO DEBATERÁ OS IMPACTOS DA EXTINÇÃO DA FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE

CDU aprova requerimento do deputado Acácio Favacho, para debater os impactos da Medida Provisória nº 1156/23, que dispõe sobre a extinção da Fundação Nacional de

Saúde (Funasa), convidando as seguintes autoridades: Ministro das Cidades, Jader Filho; Secretário-Executivo do Ministério das Cidades, Hildo Rocha; Secretário Nacional de Saneamento Ambiental, Leonardo Picciani; e o Diretor do Departamento de Extinção da Funasa, Vitor Hugo Mosquera.

“A CDU tem como papel fiscalizar e acompanhar as políticas públicas voltadas para o desenvolvimento urbano e regional, garantindo a transparência e a responsabilidade na gestão dos recursos públicos e na implementação de políticas públicas que afetam diretamente a qualidade de vida e o bem-estar da população”, explica.

Fonte: Assessoria de Comunicação da CDU

11/08/2023- COMISSÃO APROVA SELO PARA HOMENAGEAR ESTADOS E MUNICÍPIOS COM DESTAQUE EM DESENVOLVIMENTO URBANO

A Comissão de Desenvolvimento Urbano da Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei 2153/20, que cria o Selo Cidade Cidadã, a ser concedido anualmente, por meio de concurso público, a municípios e estados que se destacarem em políticas públicas de desenvolvimento urbano. De acordo com o texto, caberá a órgãos e entidades federais responsáveis por políticas de desenvolvimento urbano, incluindo habitação, saneamento básico e transportes urbanos, organizar o certame. O edital deverá especificar, pelo menos, requisitos de participação, etapas e prazos de seleção e critérios de avaliação dos projetos.

“A disseminação de boas práticas tem grande relevância porque estimula a troca de conhecimentos entre gestores de diferentes entes federativos, que, por meio de acordos interfederativos, como consórcios e convênios, possam replicar casos de sucesso em gestão urbana em diversas cidades brasileiras”, destacou o relator, deputado Bibó Nunes (PL-RS).

Fonte: Agência Câmara de Notícias

14/08/2023 - COMISSÃO APROVA INCLUSÃO DE PARKLET EM PLANO DE MOBILIDADE URBANA DOS MUNICÍPIOS

A Comissão de Desenvolvimento Urbano da Câmara dos Deputados aprovou projeto determinando que o plano de mobilidade urbana das cidades contemple áreas em vias públicas destinadas a parklets. Criados nos Estados Unidos, esses espaços funcionam como uma extensão das calçadas e podem conter bancos, mesas ou estacionamento para bicicletas.

O relator, deputado Marangoni (União-SP), deu parecer favorável. “Os parklets são populares em diversas cidades ao redor do mundo como uma forma de melhorar a qualidade de vida urbana, proporcionando espaços públicos de convivência e recreação”, disse Marangoni. Ele apresentou um substitutivo com ajuste pontual de redação, sem interferir no mérito original da proposta.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

14/08/2023 - COMISSÃO APROVA PROJETO QUE INCLUI MEDIDAS PARA MITIGAR IMPACTOS DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS NAS DIRETRIZES DA POLÍTICA URBANA

A Comissão de Desenvolvimento Urbano da Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei 380/23, que inclui a adoção de medidas de adaptação e mitigação dos impactos das mudanças climáticas entre as diretrizes do Estatuto da Cidade. O texto prevê, entre os instrumentos da política urbana, estudos de análise de riscos.

O relator, deputado Guilherme Boulos (Psol-SP), recomendou a aprovação da proposta. “Investir em sistemas de drenagem urbana, diques e barreiras contra inundações, criar e manter áreas verdes e proteger os recursos hídricos são medidas para melhorar a resiliência das cidades, com benefícios ambientais”, exemplificou o relator.

Segundo a autora do projeto, a deputada Erika Hilton (Psol-SP), as mudanças climáticas estão aumentando os eventos extremos em intensidade e frequência, como ondas de calor e de frio, secas e enchentes, e os reflexos disso são sentidos principalmente pelas moradoras e moradores mais vulneráveis da cidade.

“É necessário incorporar aos instrumentos de desenvolvimento, planejamento urbano e ordenação territorial urbana, medidas que minimizem os impactos e permitam adaptação às mudanças climáticas”, afirmou a parlamentar.

Erika Hilton observou, entretanto, que há carência de legislações específicas para as mudanças climáticas nos centros urbanos brasileiros. “A maioria dos planos diretores dos principais centros urbanos brasileiros não apresentam indicações explícitas de políticas voltadas para as mudanças climáticas”, ressaltou.

Fonte: Agência Câmara de Notícias



14/08/2023 - COMISSÃO APROVA PROJETO QUE OBRIGA O ESTADO A QUITAR IMÓVEL DE POLICIAL APOSENTADO POR ACIDENTE DE TRABALHO

A Comissão de Desenvolvimento Urbano da Câmara dos Deputados aprovou projeto que obriga os estados, o Distrito Federal e os municípios a quitarem os financiamentos de imóveis contratados por integrantes das forças de segurança pública mortos em serviço ou aposentados após acidente de trabalho.

O relator, deputado Bibó Nunes (PL-RS) apresentou emenda para determinar que o agente financeiro ofereça pelo menos três opções para seguro no financiamento imobiliário. Se aprovada a proposta, a medida deverá beneficiar policiais federais, policiais rodoviários federais, policiais civis estaduais, policiais militares,

bombeiros militares, guardas municipais, policiais legislativos federais e estaduais, agentes de trânsito, agentes penitenciários e agentes socioeducativos.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

29/08/2023 - COMISSÃO APROVA PROJETO QUE SIMPLIFICA PROCESSO DE OBTENÇÃO DO HABITE-SE

A Comissão de Desenvolvimento Urbano da Câmara dos Deputados aprovou projeto que busca simplificar o processo de obtenção do habite-se na averbação de construção residencial urbana finalizada há mais de cinco anos em área em processo de regularização. A proposta altera a Lei de Registros Públicos.

O texto aprovado prevê o seguinte: o procedimento de licenciamento e de emissão da certidão, para fins de regularização fundiária, será pautado por princípios como razoabilidade, eficiência e celeridade; as certidões para a averbação do imóvel serão expedidas mediante procedimento simplificado e, quando possível, haverá taxa única de regularização, contemplando todas as demais taxas e emolumentos que integram o processo; a simplificação do processo de obtenção do habite-se não dispensa a apresentação das plantas de arquitetura e a vistoria do imóvel a ser regularizado.

Para o relator, deputado Marangoni (União-SP) é importante simplificar a obtenção do habite-se dado que a falta de regularização de imóveis é um problema que afeta muitas áreas urbanas no País, principalmente as ocupações informais em assentamentos precários.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

29/08/2023 - COMISSÃO APROVA PROPOSTA QUE REFORÇA A PRIORIDADE DE MORADIAS PARA VÍTIMAS DE DESASTRES NATURAIS

A Comissão de Desenvolvimento Urbano da Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei 281/22, que altera a Lei do Programa Minha Casa, Minha Vida para garantir a famílias em áreas de risco ou que tenham perdido a residência por desastres a prioridade na compra ou na reconstrução de casas.

Atualmente, a legislação já assegura a famílias vítimas de desastres a prioridade na fila de atendimento, medida considerada insuficiente pelo deputado licenciado Julio Cesar Ribeiro (DF), autor da versão original da proposta. “O poder público tem o dever de auxiliar as famílias que tiveram as residências destruídas”, disse.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

04/09/2023 - COMISSÃO APROVA MEDIDAS PARA INCENTIVAR O USO DE VEÍCULOS ELÉTRICOS

A Comissão de Desenvolvimento Urbano da Câmara dos Deputados aprovou projeto de lei (PL 2156/21) com medidas para estimular o uso de veículos elétricos.

O texto aprovado estabelece a Política Nacional de Mobilidade Elétrica, que determina, entre outros pontos: incentivos à aquisição de veículos elétricos; a viabilização de uma rede de pontos de carregamento de baterias desses veículos; a adoção de medidas que facilitem a conversão em elétricos de veículos com motor a combustão; a adoção de medidas para assegurar a comercialização de eletricidade para a mobilidade elétrica; e a gestão de operações da rede de mobilidade elétrica.

O deputado Acácio Favacho (MDB-AP), relator na matéria, propôs que a instalação de pontos de carregamento de acesso privativo em edifícios novos deve ser apenas incentivada, em vez de obrigatória, como previsto no texto original. “Este ajuste é

importante para que a implantação de acordo com as reais necessidades da população e as demandas de mercado”, disse Favacho.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

05/09/2023 - COMISSÃO APROVA DESEMBARQUE FORA DO PONTO DE ÔNIBUS DURANTE A NOITE

A Comissão de Desenvolvimento Urbano da Câmara dos Deputados aprovou proposta que permite às mulheres, pessoas idosas, com deficiência ou mobilidade reduzida escolherem o local de desembarque dos veículos de transporte coletivo urbano no período entre as 20h e as 5h, respeitado o trajeto da linha.

Conforme o texto aprovado, o motorista deve observar as condições de segurança ao parar para o desembarque. A proposta insere a possibilidade de solicitar esse desembarque na Política Nacional de Mobilidade Urbana.

Essa medida visa proporcionar maior segurança e acessibilidade no transporte coletivo, não havendo dúvidas quanto à importância do mérito”, disse deputado Guilherme Boulos (PSOL-SP).

Fonte: Agência Câmara de Notícias

05/09/2023 - COMISSÃO APROVA RESERVA DE VAGAS DE ESTACIONAMENTO PARA PESSOAS COM AUTISMO

A Comissão de Desenvolvimento Urbano da Câmara dos Deputados aprovou projeto de lei que obriga os shopping centers e estabelecimentos públicos com mais de 100 vagas de estacionamento a reservarem, no mínimo, 2% de suas vagas às pessoas com

Transtorno do Espectro Autista (TEA). A comprovação do direito ao uso da vaga especial se dará por meio da apresentação da Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (Ciptea), instituída pela Lei 13.977/20.

O Projeto de Lei 1727/22, do ex-deputado Ney Leprevost (PR), foi relatado pelo deputado Marangoni (União-SP), que apresentou parecer favorável. “As pessoas com TEA podem ter restrições de característica motora, intelectual, mental e até mesmo sensorial. Portanto, a proximidade dessas vagas com os locais de acesso contribui para que sejam evitados trajetos barulhentos, com muito trânsito de pessoas e obstáculos, o que pode desorganizá-las sensorialmente”, disse Marangoni.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

25/09/2023 - COMISSÃO APROVA PROJETO QUE ACABA COM IPTU EM ÁREA QUE NÃO POSSUI REQUISITOS URBANÍSTICOS MÍNIMOS

A Comissão de Desenvolvimento Urbano da Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei Complementar (PLP) 84/22, que acaba com a possibilidade de cobrança do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) em área sem requisitos urbanísticos mínimos. O relator, deputado Acácio Favacho (MDB-AP), recomendou a aprovação. “Hoje vigoram regras em aparente conflito”, afirmou ele, ao defender o projeto. “Autoriza-se a caracterização meramente virtual de um imóvel, possibilitando a cobrança de IPTU em locais sem qualquer feição de ambiente urbano”, realçou.

Atualmente, os municípios e o Distrito Federal podem cobrar o IPTU de imóveis localizados em áreas urbanas, cabendo à União cobrar o Imposto Territorial Rural (ITR) dos imóveis rurais. Ao diferenciar área urbana de rural, o Código Tributário parte de requisitos como a existência de meio-fio, calçamento e escola próxima.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

28/09/2023 - COMISSÃO APROVA PROJETO QUE AUMENTA PROTEÇÃO PARA COMPRADOR DE IMÓVEL NA PLANTA

Comissão de Desenvolvimento Urbano da Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei 1139/19, que revoga o prazo de um ano para que compradores de imóveis na planta quitem algumas dívidas da construtora falida. O prazo está previsto no artigo 9º da Lei 10.931/04, norma que trata do patrimônio de afetação de incorporações imobiliárias.

O relator, deputado Toninho Wandscheer (PP-PR), recomendou a aprovação. “Ao estipular o prazo fatal de até um ano para pagamento de certas obrigações, a lei impõe hoje aos adquirentes a obrigação de disponibilizar recursos em prazo não condizente com sua possibilidade financeira”, disse o parlamentar.

O regime de afetação cria reserva patrimonial para proteção dos direitos dos consumidores – espécie de “blindagem” – e institui regime de vinculação de receitas que impede o desvio de recursos para outra obra ou para atividades da construtora. Essa reserva permanece imune a eventual falência da empresa.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

28/09/2023 - COMISSÃO APROVA PROJETO QUE REDUZ PRAZO PARA OBTER TÍTULO DE PROPRIEDADE EM CASO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

A Comissão de Desenvolvimento Urbano da Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei 1436/23, que reduz de cinco para três anos o prazo para conversão automática do título de legitimação de posse em título de propriedade. O texto aprovado altera a Lei 13.465/17, que trata da regularização fundiária. O relator, deputado Antonio Andrade (Republicanos-TO), sugeriu a aprovação da proposta.

“Atualmente, é preciso esperar cinco anos para obter o número de matrícula do imóvel já garantido pelo título de posse”, afirmou o autor da proposta, deputado Kim Kataguiri (União-SP). Segundo ele, não tem sentido esperar tanto tempo para ter a documentação. “[Isso é] uma questão meramente formal que impacta negativamente na vida do titular da posse.”

Fonte: Agência Câmara de Notícias

28/09/2023 - COMISSÃO APROVA PROJETO QUE MUDA O CÁLCULO DA RENDA FAMILIAR VÁLIDA NO MINHA CASA, MINHA VIDA

A Comissão de Desenvolvimento Urbano da Câmara dos Deputados aprovou projeto que permite ao Programa Minha Casa, Minha Vida excluir do cálculo da renda familiar o auxílio por incapacidade temporária, a aposentadoria por incapacidade permanente e o Benefício de Prestação Continuada (BPC).

O relator, deputado Acácio Favacho (MDB-AP), recomendou a aprovação do substitutivo da Comissão de Seguridade Social e Família para o Projeto de Lei 1631/21, da ex-deputada Tia Eron (BA). “Muitas famílias têm gastos demasiados com os cuidados de saúde, e a renda fica comprometida”, avaliou o relator.

O substitutivo insere dispositivos na Lei do Programa Minha Casa, Minha Vida. Atualmente, pela norma, os beneficiários do programa habitacional em áreas urbanas precisam comprovar renda familiar mensal de, no máximo, R\$ 6.500.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

05/10/2023 - COMISSÃO APROVA PROJETO QUE MUDA O CÁLCULO DA RENDA FAMILIAR VÁLIDA NO MINHA CASA, MINHA VIDA

A Comissão de Desenvolvimento Urbano da Câmara dos Deputados aprovou proposta que inclui motociclistas entre os que podem ser autorizados a oferecer transporte remunerado individual de passageiros. A proposta possibilita que condutores de moto atuem no transporte de pessoas por aplicativos em todo o País. O texto altera a Política Nacional de Mobilidade Urbana.

O deputado Abilio Brunini (PL-MT), relator da proposta, recomendou a aprovação de substitutivo ao PL 271/23. Para ele, a limitação do direito de motociclistas oferecerem o transporte remunerado prejudica também os passageiros. Segundo ele, "potenciais usuários do serviço encontram nele uma alternativa de custo menos elevado para locomoção".

Fonte: Agência Câmara de Notícias

19/10/2023 - COMISSÃO APROVA PROPOSTA QUE FACILITA VERBA FEDERAL NA GESTÃO INTEGRADA DE PLANOS DE SANEAMENTO

A Comissão de Desenvolvimento Urbano da Câmara dos Deputados aprovou projeto de lei permitindo que recursos do Orçamento federal sejam usados para incentivar a gestão integrada de planos de saneamento básico nos estados e municípios.

A proposta inclui a medida na Lei de Saneamento Básico, que hoje dificulta o acesso a recursos federais aos estados e municípios sem planos de saneamento. O Projeto de Lei 195/20 será analisado agora pelas comissões de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ). O texto tramita em caráter conclusivo.

Apresentado pelo ex-deputado Geninho Zuliani (SP), o projeto recebeu parecer favorável do relator, deputado Toninho Wandscheer (PP-PR). "Considero a medida

essencial. Tal prática fará com que os planos saiam do papel e sejam de fato implementados, contribuindo de forma concreta para a reversão do ainda caótico quadro atual de prestação dos serviços de saneamento no País”, disse Wandscheer.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

20/10/2023 - COMISSÃO APROVA CRIAÇÃO DE FUNDO PARA FINANCIAR AUMENTO DE ÁREAS VERDES NAS CIDADES

A Comissão de Desenvolvimento Urbano da Câmara dos Deputados aprovou a criação de um fundo para financiar o aumento dos espaços verdes nas cidades brasileiras. A medida está prevista no Projeto de Lei 3272/23, do deputado Jonas Donizette (PSB-SP). A proposta recebeu parecer favorável do relator, deputado Marcelo Lima (PSB-SP). O projeto insere as novas regras no Código Florestal.

As principais características são as seguintes: será custeado por diversas fontes, como recursos do Orçamento federal e doações; a administração ficará a cargo de um conselho gestor, os recursos poderão custear, no máximo, até 60% do valor dos projetos apresentados; os projetos deverão ser compatíveis com o plano diretor municipal; e a liberação de cada parcela será precedida de comprovação do cumprimento da etapa anterior.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

09/11/2023 - COMISSÃO APROVA PERMISSÃO PARA ENTERRO DE CÃES E GATOS JUNTO NOS JAZIGOS DOS TUTORES

A Comissão de Desenvolvimento Urbano da Câmara dos Deputados aprovou projeto que autoriza o sepultamento de cães e gatos em jazigos que pertençam à família de seus tutores. Atualmente, em alguns estados já é autorizado o sepultamento de animais domésticos em jazigos familiares, como é caso do Rio de Janeiro e de Santa Catarina.

De acordo com o texto aprovado, as regras para o sepultamento serão definidas pelo serviço funerário de cada município e pelos próprios cemitérios, caso sejam particulares.

O Projeto de Lei 1160/22, do deputado Fred Costa (Patriota-MG), recebeu parecer favorável do relator, deputado Abilio Brunini (PL-MT).

“Apesar de existirem serviços de cremação particulares, os custos elevados fazem com que a maioria dos animais seja enterrada ou descartada de modo inadequado, causando dano ambiental e sofrimento no tutor”, justificou o parlamentar.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

10/11/2023 - COMISSÃO APROVA PROJETO QUE EXIGE EQUIPAMENTOS ESPORTIVOS EM NÚCLEOS HABITACIONAIS CONSTRUÍDOS PELO GOVERNO

A Comissão de Desenvolvimento Urbano da Câmara dos Deputados aprovou projeto que exige a instalação de equipamentos comunitários para a prática de esportes por pessoas idosas nos programas habitacionais desenvolvidos pelo governo ou subsidiados por recursos públicos.

O relator, deputado Cleber Verde (MDB-MA), recomendou a aprovação do substitutivo da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa para o Projeto de Lei 1278/23, do deputado Saullo Vianna (União-AM). O texto insere a obrigação no Estatuto da Pessoa Idosa, enquanto o original previa a medida de forma facultativa, em norma autônoma. “A prática de exercícios físicos é fundamental para a saúde de todos, e, em especial, da pessoa idosa”, afirmou Cleber Verde no parecer.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

10/11/2023 - COMISSÃO APROVA ASSISTÊNCIA FINANCEIRA FEDERAL PARA GARANTIR TRANSPORTE PÚBLICO GRATUITO A IDOSOS

A Comissão de Desenvolvimento Urbano da Câmara dos Deputados aprovou projeto de lei que cria um programa federal para subsidiar a gratuidade dos transportes coletivos para pessoas com mais de 65 anos nos estados e municípios.

O benefício será custeado por recursos arrecadados pela União com os royalties de petróleo. Hoje esses recursos beneficiam as áreas de saúde e educação.

A comissão acolheu o voto da relatora, deputada Lêda Borges (PSDB-GO), pela aprovação do Projeto de Lei 4392/21, do senador Nelsinho Trad (PSD-MS). Segundo ela, o envelhecimento da população vai demandar políticas específicas para os idosos. “Queremos que esse envelhecimento seja acompanhado de melhor qualidade de vida”, disse Lêda.

A proposta já foi aprovada no Senado Federal e tramita na Câmara dos Deputados em regime de urgência. Se houver acordo político, poderá ser analisada diretamente no Plenário, sem necessidade de passar pelas demais comissões designadas a emitir parecer sobre o texto (de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa; de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania).

O PL 4392/21 institui o Programa Nacional de Assistência à Mobilidade dos Idosos em Áreas Urbanas (Pnami), que prevê assistência financeira da União – limitada a R\$ 5 bilhões anuais – a estados e municípios que possuem serviços de transporte público coletivo urbano regular.

O texto estabelece ainda que: os recursos serão enviados a fundos de transporte público coletivo criados pelos entes federados, com distribuição proporcional à população municipal maior de 65 anos; o acesso à gratuidade dependerá da apresentação de documento pessoal que comprove a idade do passageiro; e a União divulgará os valores transferidos para cada estado ou município beneficiado.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

30/11/2023 - COMISSÃO APROVA PROJETO QUE FACILITA PARADA DE ÔNIBUS PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

A Comissão de Desenvolvimento Urbano da Câmara dos Deputados aprovou projeto de lei que garante à pessoa com deficiência e mobilidade reduzida o direito de solicitar ônibus em qualquer local não proibido pela legislação de trânsito. O texto altera o Estatuto da Pessoa com Deficiência.

Por recomendação do relator, deputado Cleber Verde (MDB-MA), foi aprovado o substitutivo adotado pela Comissão de Viação e Transportes ao Projeto de Lei 6595/19. As mudanças no texto original deixam clara a proibição de parada em locais proibidos ou que representem risco aos usuários e à segurança viária.

“Essa mudança torna mais fácil a decisão do motorista sobre a viabilidade de parar o veículo, visto que as regras são bem delimitadas no Código de Trânsito”, justificou o deputado.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

08/12/2023 - PROJETO APROVADO INSERE ASSISTÊNCIA TÉCNICA PARA HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL EM PLANO DIRETOR

A Comissão de Desenvolvimento Urbano da Câmara dos Deputados aprovou projeto de lei (PL 3373/19) que insere a assistência técnica para habitação de interesse social (conhecida pela sigla Athis) no conteúdo obrigatório dos planos diretores ou projetos habitacionais para a população de baixa renda.

A Athis é disciplinada pela Lei 11.888/08. Ela assegura às famílias com renda mensal de até três salários mínimos apoio técnico na elaboração do projeto da moradia ou acompanhamento das obras.

Segundo o relator do PL 3373/19, deputado Acácio Favacho (MDB-AP), apesar de benéfica, a lei ainda não “pegou” por falta de conhecimento das prefeituras. Para corrigir isso, ele propôs a inclusão da Athis nos instrumentos de política urbana.

A proposta aprovada altera o Estatuto da Cidade e ainda será analisada nas comissões de Finanças e Tributação e de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ).

Fonte: Agência Câmara de Notícias

18/12/2023 - COMISSÃO APROVA ESPAÇO DE CONVIVÊNCIA PARA CÃES E GATOS EM UNIDADES DO MINHA CASA, MINHA VIDA

A Comissão de Desenvolvimento Urbano da Câmara dos Deputados aprovou projeto de lei que assegura espaços exclusivos e cercados para a convivência de cães e gatos de estimação nas unidades habitacionais do Programa Minha Casa, Minha Vida.

O Projeto de Lei 402/23, do deputado Marangoni (União-SP), recebeu parecer favorável o relator, deputado Josenildo (PDT-AP).

“Animais de estimação, especialmente cães e gatos, tornaram-se membros importantes das famílias. Como parte integrante dos nossos lares, é imperativo considerar suas necessidades ao planejar empreendimentos habitacionais”, disse.

O projeto ainda será analisado, em caráter conclusivo, pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ).

Fonte: Agência Câmara de Notícias

18/12/2023 - COMISSÃO APROVA MULTA PARA QUEM DEIXAR MENOR DE 12 ANOS SOZINHO EM VEÍCULO OU ÁREA COMUM DE CONDOMÍNIO

A Comissão de Desenvolvimento Urbano da Câmara dos Deputados aprovou projeto de lei que prevê multa para quem deixar criança menor de 12 anos sem supervisão em veículos, coberturas ou espaços de uso comum em condomínios, como piscinas e elevadores. A regra é inserida no Estatuto da Criança e do Adolescente.

A multa será de cinco a 20 salários mínimos. Também poderá ser multado o síndico que não afixar em local visível as informações sobre as faixas etárias e condições de uso dos bens e espaços de uso comum (três a 10 salários de referência).

O relator, deputado Josenildo (PDT-AP) afirmou que a medida é relevante porque os acidentes são a maior causa de morte de crianças no Brasil.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

18/12/2023 - COMISSÃO APROVA PROJETO QUE PREVÊ REDES ELÉTRICAS SUBTERRÂNEAS EM LOCAIS TOMBADOS

A Comissão de Desenvolvimento Urbano da Câmara dos Deputados aprovou projeto de lei que determina que as novas redes de distribuição de energia elétrica (compartilhadas ou não com outros serviços) de conjuntos urbanos de valor histórico e cultural sejam subterrâneas.

O relator, deputado Carlos Chiodini (MDB-SC), afirmou que a instalação de redes subterrâneas vai valorizar as cidades históricas e culturais. “A instalação subterrânea também tende a diminuir a necessidade de investimentos em manutenção e reparo de linhas de distribuição”, disse.

O texto aprovado prevê que os custos para a substituição das redes aéreas por cabeamento subterrâneo serão bancados por um fundo criado na proposta.

O Fundo para Implantação de Infraestrutura de Rede Subterrânea para Preservação do Patrimônio Histórico será formado exclusivamente por recursos orçamentários, sem cobrança de taxa extra do consumidor.

Fonte: Agência Câmara de Notícia

19/12/2023 - COMISSÃO APROVA PROJETO QUE PREVÊ COLETORES DE RESÍDUOS SÓLIDOS NOS BUEIROS

A Comissão de Desenvolvimento Urbano da Câmara dos Deputados aprovou projeto determinando que os sistemas de drenagem pluvial das cidades incorporem coletores em bueiros e bocas de lobo para reter materiais sólidos. O objetivo é evitar o entupimento por lixo doméstico e outros resíduos.

A proposta foi aprovada na forma do substitutivo apresentado pelo relator, deputado Marangoni (União-SP) que afirmou que a medida contribui, no curto prazo, para prevenir os alagamentos nas cidades. “Trata-se de medida que dispensa maiores comentários, pois, infelizmente, já se tornou rotina em quase todas as cidades brasileiras o entupimento das galerias pluviais por resíduos sólidos descartados de forma inadequada”, disse.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

19/12/2023 - COMISSÃO APROVA PROJETO QUE SIMPLIFICA LICENCIAMENTO PARA INFRAESTRUTURAS DE TELECOMUNICAÇÃO

A Comissão de Desenvolvimento Urbano da Câmara dos Deputados aprovou projeto que cria o licenciamento simplificado para infraestruturas de telecomunicações, como torres e antenas. O objetivo é regular uma atividade que hoje não possui regras fixadas em lei. A proposta prevê que a instalação de infraestrutura de redes de telecomunicações dependerá de licenciamento prévio a ser feito pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), por meio de um processo eletrônico.

O parecer é do deputado Pedro Aihara (Patriota-MG) que afirmou que a proposta preenche a lacuna legal para que a Anatel exerça o controle dos agentes que instalam equipamentos e infraestrutura de redes.

O texto aprovado prevê ainda as seguintes medidas: a licença para instalação das infraestruturas deverá ser requerida pela empresa que efetivamente for executar a obra ou serviço, independentemente de ser uma telecom ou a empresa contratada para executar o projeto técnico. Fonte: Agência Câmara de Notícias

20/12/2023 - COMISSÃO APROVA PROJETO QUE TORNA OBRIGATÓRIA A INSTALAÇÃO DE ITENS DE SEGURANÇA EM ESCADAS ROLANTES

A Comissão de Desenvolvimento Urbano da Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei 258/21, que determina a instalação de itens de segurança e de acessibilidade em escadas, escadas rolantes, esteiras e rampas de edifícios residenciais e comerciais.

O parecer aprovado, apresentado pelo deputado Josenildo (PDT-AP), foi favorável ao projeto e à emenda adotada pela Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência. A emenda estabeleceu prazo de 180 dias, após a sanção da futura lei, para as medidas passarem a valer.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

20/12/2023 - COMISSÃO APROVA PROJETO QUE PREVÊ BILHETE ÚNICO NACIONAL PARA SISTEMAS DE TRANSPORTE PÚBLICO

A Comissão de Desenvolvimento Urbano da Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei 1830/22, pelo qual a União coordenará a implementação de um sistema nacional de bilhete único para todos os tipos de transporte público.

O relator, deputado Augusto Puppio (MDB-AP), recomendou a aprovação. “Essa proposta proporcionará eficiência operacional, redução de custos e melhorias na integração do serviço, resguardando a eficácia e a organização do sistema”, disse.

O texto insere dispositivos na Lei de Mobilidade Urbana. O novo sistema deverá ser eletrônico e pré-pago, permitindo o uso de cartão e aplicativo para celular. A tarifa continuará a ser definida por estados, Distrito Federal ou municípios.

“Atualmente, cada localidade tem o seu próprio sistema de pagamento. A pessoa que mora em um município e trabalha em outro é forçada, muitas vezes, a usar dois sistemas”, disse o autor da proposta, deputado Kim Kataguiri (União-SP).

O projeto tramita em caráter conclusivo e ainda será analisado pelas comissões de Viação e Transportes e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

CRÉDITOS

Imagens

As imagens utilizadas neste relatório são do site FREEPIK.

Conteúdo

Na redação deste relatório foram utilizadas matérias elaboradas pela Agência Câmara.

Equipe Técnica

Comissão de Desenvolvimento Urbano

Secretário-Executivo:

André Querino Faim

Equipe Técnica:

Ziziane César de França e Silva

Sandra Cristina Telles Vieira

Edna Maria Glória Dias Teixeira

Liliane de Queiroz Ferreira

Marlúcia Macedo Ribeiro

Estagiária

Mariana Santos Corrêa

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão de Desenvolvimento Urbano

Anexo II, Pav. Superior Ala C, sala 182/188

CEP 70160-900 – Brasília/DF



Comissão de
Desenvolvimento
Urbano



CÂMARA DOS
DEPUTADOS